



I. C. N.º

Ministério Público do Estado de São Paulo

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

Nº MP 14.0695.0000295/2018-8



Volume: 1 Apenso:

Segredo de Justiça: Não

Área: PATRIMÔNIO PÚBLICO

Cargo: 10º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

Tipo de Documento: Inquérito Civil - IC

Recebimento PJ: 25/04/2018 Instauração: 25/04/2018 Arquiv. PJ:

Local do Fato

SÃO PAULO - SP

Participante:

REPRESENTANTE

INSTAURADO DE OFÍCIO

REPRESENTADO

DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A

PAULO VIEIRA DE SOUZA

CONCESSIONÁRIA CCR- COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

ADIR ASSAD

Tema:

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA

Assunto:

AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES

Informação Complementar:

10 PJPP- Apuração de irregularidade abordada na reportagem do Jornal O Estado de S.Paulo do dia 24/02/2018, de que o "operador Adir Assad afirmou em seu depoimento de sua delação premiada à Lava Jato ter recebido por meio de suas empresas de fachada cerca de R\$ 46 milhões de concessionárias de rodovias do Grupo CCR - os repasses teriam sido efetuados entre 2009 e 2012 e parte dos valores entregues ao ex-diretor da Dersa Paulo Vieira de Souza.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Promotoria do Patrimônio Público e Social da Capital
10º Promotor de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital
Rua Riachuelo, 115 – 7º andar – sala 721 – São Paulo/SP – CEP 01007-000
Telefone 55 11 3119-9915

02-A
L

²⁹⁵
PORTARIA DE INQUÉRITO CIVIL nº 89/2018

Representante: INSTAURADO DE OFÍCIO

Representados: DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A, PAULO VIEIRA DE SOUZA, CONCESSIONÁRIA CCR- COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS e ADIR ASSAD.

Objeto: Apuração de irregularidade abordada na reportagem do Jornal O Estado de S.Paulo do dia 24/02/2018, de que o "operador Adir Assad afirmou em seu depoimento de sua delação premiada à Lava Jato ter recebido por meio de suas empresas de fachada cerca de R\$ 46 milhões de concessionárias de rodovias do Grupo CCR - os repasses teriam sido efetuados entre 2009 e 2012 e parte dos valores entregues ao ex-diretor da Dersa Paulo Vieira de Souza".

Trata-se de reportagem veiculada no Jornal O Estado de S.Paulo noticiando que o operador ADIR ASSAD afirmou em declarações prestadas a força tarefa da Lava Jato que teria recebido por meio de suas empresas de fachada cerca de R\$ 46 milhões de concessionárias de rodovias do Grupo CCR sendo que os repasses teriam sido efetuados entre 2009 e 2012 e parte dos valores entregues ao ex-diretor da Dersa PAULO VIEIRA DE SOUZA;

Nos autos foi juntado o termo de declarações de ADIR ASSAD a respeito dos repasses à CCR e que constam oficialmente de sua delação premiada no anexo 9 ("geração de dinheiro em espécie para o GRUPO CCR) (fl. 06);

Considerando a necessidade de perfeita apuração dos fatos;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Promotoria do Patrimônio Público e Social da Capital
10º Promotor de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital
Rua Riachuelo, 115 – 7º andar – sala 721 – São Paulo/SP – CEP 01007-000
Telefone 55 11 3119-9915

02-B
✓

Considerando que o artigo 4º da Lei nº 8.429/92 estabelece que os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios da Administração pública no trato dos assuntos que lhes são afetos;

Considerando que cabe ao Ministério Público a função institucional de defesa do patrimônio público e social, bem como da probidade e legalidade administrativas, e do Estado Democrático de Direito (CF, art. 129, III; art. 25, IV, b, da Lei Federal n. 8.625/93; arts. 103, VIII, e 295, IX, da Lei Complementar Estadual n. 734/93);

Considerando que o Inquérito Civil, instituído pela Lei nº 7.347/85, é o meio procedimental adequado para a coleta de elementos probatórios destinados a instruir eventual recomendação ou ação voltada para a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado e de suas administrações diretas, indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem;

DETERMINO a instauração de INQUÉRITO CIVIL, para apurar os fatos descritos, em todas as circunstâncias, bem como a realização das seguintes diligências:

- 1) Registre-se no SIS MP Integrado, observando-se as disposições do Ato Normativo nº 665/2010-PGJ-CGMP.
- 2) Autue-se, rubrique-se e numere-se a presente portaria de instauração de Inquérito Civil e demais peças que a instruem, arquivando-se cópia em pasta própria da Promotoria de Justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Promotoria do Patrimônio Público e Social da Capital
10º Promotor de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital
Rua Riachuelo, 115 – 7º andar – sala 721 – São Paulo/SP – CEP 01007-000
Telefone 55 11 3119-9915

020
5

3) Expeça-se ofício ao Centro de Apoio Operacional, para conhecimento da presente instauração;

4) Oficie-se à DERSA DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A informando da instauração do presente inquérito civil e solicitando que encaminhe informações sobre eventuais procedimentos instaurados para apuração dos fatos noticiados por ADIR ASSAD, em 10 dias;

5) Oficie-se à CCR para que preste informações sobre os fatos noticiados, apresentando quais são as empresas que formam o Consórcio e seus respectivos representantes legais, em 10 dias;

6) Proceder o contato com o advogado Dr. Pedro Luiz Bueno de Andrade para convidá-lo a comparecer nesta Promotoria de Justiça para combinar a designação de oitiva de ADIR ASSAD nos autos do presente inquérito civil;

Nos termos do artigo 33 do Ato Normativo nº 484-CPJ/2006 e do Ato Normativo nº 664/2010, fica designada a Oficial de Promotoria Tatiana Cristina de Andrade Vergueiro para secretariar os trabalhos.

São Paulo, 12 de abril de 2018.

JOSÉ CARLOS GUILLEM BLAT

10º Promotor de Justiça do Patrimônio Público e Social

PUBLICIDADE

CONSULTE NOSSA
EQUIPE COMERCIAL
3856-2080

QUER
RESULTADOS?
ESTADÃO

BLOGS



Fausto Macedo

Repórter

ALTA Operação Lava Jato Entrevistas Artigos

CCR pagou a ex-diretor da Dersa, diz Assad

Operador afirma que movimentou R\$ 46 mi e repassou parte a Paulo Vieira de Souza

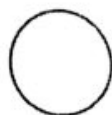
Abilio Serapião, de Brasília, e Ricardo Brandt, enviado especial a Curitiba
4 Fevereiro 2018 | 05h00



Paulo Vieira de Souza, ex-chefe da Dersa, e Adir Assad, apontado como operador. FOTOS: ED FERREIRA/ESTADÃO E FÉLIX R./FUTURA PRESS

O operador Adir Assad afirmou em depoimento de sua delação premiada à Lava Jato ter recebido por meio de suas empresas de fachada cerca de R\$ 46 milhões de concessionárias de rodovias do Grupo CCR. A delação integra a documentação da 48.ª fase da operação, que investiga irregularidades em rodovias e envolve empresas que conquistaram concessões no Estado de São Paulo durante as gestões tucanas de Geraldo Alckmin e José Serra. Os repasses teriam sido efetuados entre 2009 e 2012 e parte dos valores, segundo Assad, foi entregue ao ex-diretor da Dersa Paulo Vieira de Souza.

PUBLICIDADE



Replay

inRead invented by Teads

Documento

DEPOIMENTO



PDF

Assad é apontado nas investigações da Lava Jato como responsável por fornecer dinheiro em espécie para construtoras pagarem propina. Segundo ele, suas empresas de fachada eram subcontratadas e o valor das notas fiscais era usado para abastecer caixa 2 das empreiteiras. De 2007 a 2012, as empresas de Assad movimentaram R\$ 1,3 bilhão em contratos fictícios assinados com grandes empresas.

NEWSLETTER **Política**

Receba no seu e-mail conteúdo de qualidade



Digite seu e-mail

ASSINAR

Nova frente de investigações

Depoimento do operador Adir Assad cita repasses em obras de concessões rodoviárias em São Paulo

**R\$ 46**
milhõesÉ o valor que **Assad** afirma ter recebido pagamentos das concessionárias por meio de empresas de fachada

R\$ 17,3

milhões

Nova Dutra
(entre 2009 e 2012)
responsável pela
concessão da rodovia
que liga São Paulo ao
Rio de Janeiro

R\$ 13,7

milhões

CCR Autoban
(entre 2009 e 2012)
Administradora de
parte Sistema
Anhanguera-
Bandeirantes

R\$ 9,6

milhões

ViaOeste
(entre 2009 e 2010)
Concessionária do
sistema Castelo
Branco-Raposo
Tavares

R\$ 5,4

milhões

CCR S/A
(entre 2009 e 2012)
Uma das principais
concessionárias de
rodovias que atuam em
São Paulo; também é
proprietária do trecho
oeste do Rodoanel

Fonte: Força-Tarefa da Lava Jato

No depoimento, Assad listou pagamentos recebidos de ao menos três concessionárias de rodovias paulistas. Da Nova Dutra, responsável pela concessão da rodovia que liga São Paulo ao Rio, foram R\$ 17,3 milhões recebidos por meio da Rock Star Entertainment e Rock Star Produções, entre 2009 e 2012. Essas mesmas empresas receberam da ViaOeste, concessionária do sistema Castelo Branco-Raposo Tavares, R\$ 9,6 milhões em 2009 e 2010. Outra concessionária que efetuou pagamentos foi a CCR Autoban, administradora de parte do Sistema Anhanguera-Bandeirantes, com repasses de R\$ 13,7 milhões entre 2009 e 2012.

Na delação, Assad relatou sua atuação como fornecedor de dinheiro em espécie para grandes empresas, mas não indica possíveis beneficiários dos valores fornecidos. Sobre os R\$ 46 milhões pagos pela CCR, Assad disse apenas que parte dos valores foi repassada ao ex-diretor da Dersa e que o restante era entregue em espécie na sede da empresa em São Paulo.

Assad afirmou ter sido apresentado por Paulo Vieira de Souza ao presidente da CCR, Renato Vale, em 2009. Souza já foi apontado nas delações da Odebrecht, Andrade Gutierrez e OAS como destinatário de propina paga por empreiteiras em obras viárias em São Paulo. A pedido do Ministério Público Federal, o ex-diretor da Dersa teve R\$ 113 milhões bloqueados em contas no exterior.

A CCR tem entre os acionistas a Camargo Corrêa e a Andrade Gutierrez, duas empreiteiras investigadas na Lava Jato, e é dona de algumas das principais concessionárias de rodovias que atuam em São Paulo.

Além das citadas por Assad, a CCR também é proprietária do trecho oeste do Rodoanel e de outras rodovias no interior de São Paulo. "Há suspeita de que esse esquema se reproduz inclusive em outros Estados que têm concessões administradas pelas mesmas empresas", afirmou o procurador da República Diogo Castor de Mattos em coletiva de imprensa no dia da Operação Integração – a 48.ª fase da Lava Jato. Segundo ele, em um primeiro momento o foco é no grupo Triunfo, que controla a Econorte, do Paraná, e que no caso das demais concessionárias "a investigação está em fase menos avançada."

Stock Car. Segundo Assad, no caso do Grupo CCR, foram forjados contratos de patrocínio superfaturado entre as concessionárias e a empresa Rock Star, que possuía uma equipe de Stock Car. Conforme o delator, o dinheiro das transações ilícitas eram entregues por ele a um diretor da empresa, Everaldo Nascimento. Normalmente, relatou, as entregas eram na sede da empresa na capital paulista. Mas, segundo Assad, por duas vezes lhe foi solicitado efetuar a entrega em endereços no Rio.

Assad apareceu no noticiário pela primeira vez em 2012, quando a Operação Monte Carlo, da Polícia Federal, quebrou o sigilo da construtora Delta. A empresa de Fernando Cavendish transformou em dinheiro em espécie cerca de R\$ 370 milhões em notas frias pagas para as empresas de Assad.

Na delação, o operador afirmou que, mesmo após a operação, continuou a receber do Grupo CCR. "A essas ajudas estava subjacente um compromisso informal, velado, de permanecer em silêncio a respeito dos negócios ilícitos que haviam realizado (sic)", disse Assad em depoimento ao Ministério Público Federal.

Marinho. Embora não cite políticos em seu acordo de colaboração, Assad relatou no depoimento sobre repasses

05
a CCR dois pagamentos efetuados diretamente na conta do então candidato a prefeito de São Bernardo Luiz Marinho (PT). Atual pré-candidato do PT ao governo de São Paulo, Marinho foi candidato à reeleição, em 2012, quando Assad afirmou ter realizado os repasses.

Em certa ocasião, possivelmente em 2012, houve um jantar de apoio à candidatura a prefeito de Luiz Marinho. Que Everaldo Nascimento, da CCR, pediu ao colaborador para depositar um valor referente a esse evento da ordem de R\$ 60 mil", diz trecho da delação de Assad. Segundo o operador, o repasse foi efetuado por meio de um depósito na conta corrente em nome da campanha do petista.

O Grupo CCR informou, por meio de nota, que não teve acesso à delação premiada de Adir Assad e por isso não se manifestará. O advogado José Roberto Santoro, que representa o ex-diretor da Dersa Paulo Vieira de Souza, não respondeu aos contatos da reportagem.

Também citado na delação, o petista Luiz Marinho afirmou que "todos os valores recebidos pelas suas campanhas a prefeito constam das prestações de contas. "Todas devidamente aprovadas pela Justiça Eleitoral", diz a nota enviada por Marinho.

O senador José Serra (PSDB) afirmou que não tem nenhuma relação com esses fatos. Questionado, o governo de São Paulo defendeu a investigação. "Tudo deve ser investigado. Qualquer prejuízo aos cofres públicos, ressarcido", diz nota enviada pelo Palácio dos Bandeirantes.

Mais conteúdo sobre: operação Lava Jato

SIGA O ESTADÃO



PUBLICIDADE

Planos de saúde
a partir de
R\$ 261*
Simule seu plano agora
*condições no site

 **Qualicorp**
Sempre do seu lado.



MPF

Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Paraná

TERMO DE DECLARAÇÕES Nº 09

que presta
ADIR ASSAD

06

Ao(s) 21 (vinte e um) dias do mês de agosto de 2017, nesta Força-Tarefa em Curitiba/PR, presente o Procurador da República Diogo Castor de Mattos, observando-se todas as cautelas de sigilo e prescrições da Lei nº 12.850/2013, na presença do advogado Pedro Luiz Bueno de Andrade, OAB/SP nº 174.084, foi realizada a oitiva de **ADIR ASSAD**, brasileiro, casado, engenheiro, nascido em 14/02/1953, filho de Assad Muhammad e Nazira Elias Muhammad, inscrito no CPF/MF sob nº 758.948.158-00, portador do R.G. Nº 5.755.074-8, residente na Rua Volta Redonda, 270, apto. 64, Campo Belo, São Paulo/SP, atualmente preso preventivamente na carceragem da Polícia Federal em Curitiba/PR, o qual, a respeito do **ANEXO 09 ("Geração de dinheiro em espécie para o GRUPO CCR")**, **RESPONDEU** o seguinte: QUE, a CCR é uma empresa de concessão de infraestrutura em transportes, responsável pelo controle de diversas concessionárias rodoviárias, dentre as quais a **NOVADUTRA - CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA**; **AUTOBAN - CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES**; **RODOANEL MÁRIO COVAS - administração do Trecho Oeste do Rodoanel**; **VIAOESTE - CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA RODOVIÁRIO CASTELLO BRANCO-RAPOSO TAVARES**; QUE, **PAULO VIEIRA DE SOUZA**, então diretor de engenharia da **DERSA**, indicou o **COLABORADOR** no primeiro semestre de 2009 para conversar com **RENATO VALE**, presidente da CCR; QUE, **PAULO**, porém, sugeriu que o **COLABORADOR** falasse primeiro com o diretor **JOSÉ ROBERTO MEIRELLES**, de quem o **COLABORADOR** rapidamente se aproximou; QUE, depois o **COLABORADOR** procurou **RENATO VALE**; QUE, o **COLABORADOR** foi a uma reunião no escritório da CCR na Rua Funchal, bairro Vila Olímpia, em São Paulo, e apresentou a **RENATO** a Stock Car e suas operações ilícitas via **ROCK STAR** como meio para fazer caixa; QUE, **RENATO** já sabia a respeito do **COLABORADOR** por intermédio de **PAULO DE SOUZA**, e aguardava seu contato; QUE, **RENATO**, então, colocou o **COLABORADOR** em contato com **EVERALDO NASCIMENTO**, que se fez presente já nessa primeira reunião que o **COLABORADOR** teve com **RENATO**; QUE, também havia outros dois representantes da CCR na mesma reunião; QUE, logo após os primeiros entendimentos, **EVERALDO** passaria a enviar ao **COLABORADOR** planilhas para pagamentos; QUE, o **COLABORADOR** se reuniu poucas vezes com **RENATO**, duas ou três, e, a partir do momento em que **RENATO** o colocou em contato com **EVERALDO NASCIMENTO**, passou a tratar sempre com este, que era quem fazia as transações com o **COLABORADOR** e lhe solicitava os pagamentos e entregas; QUE, o **COLABORADOR** manteve contato também, a pedido de **EVERALDO**, com **CLAUDIO SOARES**, gestor de administração financeira, conforme e-mail de 05/07/2011, e **LUIZ HENRIQUE CASARRI**, da AutoBAN, conforme e-mail de 06/07/2011; QUE, encontrou alguns e-mails trocados com essas pessoas onde constam, anexos, notas fiscais e contratos de patrocínio superfaturados relativos a operações ilícitas de geração de dinheiro em espécie; QUE, paralelamente, se mantinham os contatos também com o diretor **MEIRELLES**, que ia com frequência ao escritório do **COLABORADOR** e de **MARCELLO ABBUD** na Rua Iraí, em São Paulo, tendo almoçado lá diversas vezes; QUE, o **COLABORADOR** repassava a **PAULO VIEIRA DE SOUZA** comissões decorrentes dos faturamentos para a CCR, e também oferecia alguns "agradinhos" em dinheiro a **MEIRELLES**, além de lhe pagar almoços, jantares, etc., pois **MEIRELLES** ajudava a abrir portas internamente; QUE, as entregas de valores em espécie propriamente ditas, fruto dos negócios ilícitos entabulados, eram feitas sempre à CCR, conforme orientação de seus representantes nos negócios; QUE, **MEIRELLES** era chamado pelo

L
N
W

**MPF****Ministério Público Federal****Procuradoria da República no Estado do Paraná**

COLABORADOR e por MARCELLO de gordo, era um sujeito bonachão, grisalho, já na faixa dos 60 anos ou pouco mais; QUE, EVERALDO NASCIMENTO tinha uma personalidade mais fechada, e era alguns anos mais jovem, 50 e poucos anos, bastante moreno, era também um pouco obeso e tinha problema sério de hérnia de disco; QUE, MARCELLO chegou a separar, a pedido do COLABORADOR, algumas gratificações em dinheiro, em valores pequenos, cerca de R\$ 10 mil, que deram ao MEIRELLES durante as relações negociais com a CCR; QUE, pelos idos de 2008 e 2009, o COLABORADOR já tinha uma equipe de corrida na Stock Car, a qual se chamou "J. de em torno de R\$ 45 milhões, desde março de 2009 até o final de 2012, por meio das diversas concessionárias de rodovias controladas pela CCR; QUE, o COLABORADOR e sua equipe usavam três carros da Stock Car para colocar os nomes de empresas do grupo CCR como patrocinadores, e também fizeram da empresa patrocinadora oficial do campeonato da Stock Car; QUE, fizeram *hospitality centers*, uniformes, bonés, camisetas, capacetes com a marca CCR, macacões dos pilotos, assim como "voltas rápidas" promocionais com pilotos e convidados da CCR nos sábados que antecediam os domingos das corridas; QUE, geralmente o COLABORADOR levava pessoalmente o dinheiro e entregava diretamente a EVERALDO NASCIMENTO; QUE, em algumas ocasiões, o COLABORADOR atrasou em um ou mais dias alguns pagamentos que naturalmente faria em São Paulo, no escritório da CCR na Rua Funchal; QUE, foi solicitado a providenciar essas respectivas entregas no Rio de Janeiro, o que fez nas datas de, pelo menos, 24/01/12 e 02/02/12, R\$ 200 mil cada, entregues a um diretor da CCR no escritório da empresa no Rio de Janeiro, no bairro de Botafogo; QUE, as entregas de dinheiro em espécie eram feitas sempre a partir de pedidos que recebia do EVERALDO NASCIMENTO; QUE, em certa ocasião, possivelmente em 2012, houve um jantar de apoio à campanha a prefeito do candidato LUIZ MARINHO, do PT, em São Bernardo do Campo/SP; QUE, EVERALDO NASCIMENTO, da CCR, pediu ao COLABORADOR para depositar um valor referente a esse evento, da ordem de R\$ 60 mil; QUE, EVERALDO pediu que o COLABORADOR fizesse dois depósitos nesse valor; QUE, pelo que se recorda, o COLABORADOR efetuou ao menos um deles, diretamente em uma conta corrente da campanha de LUIZ MARINHO; QUE, no segundo semestre de 2012, após o encerramento suas operações em virtude da CPMI dos casos Vegas / Monte Carlo, a CCR também fez alguns pagamentos ao COLABORADOR com o intuito de ajudá-lo; QUE, a essas ajudas estava subjacente um compromisso informal, velado, de permanecer em silêncio a respeito dos negócios ilícitos que haviam realizado; QUE, no período de março de 2009 a dezembro de 2012, a CCR S/A creditou cerca de R\$ 5,4 milhões em contas correntes das empresas ROCK STAR ENTERTAINMENT S/C LTDA., nº 110074, agência 1659, Itaú Unibanco, e ROCK STAR PRODUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., nº 36447, agência 3089, Bradesco; QUE, entre março de 2009 e outubro de 2012, a NOVADUTRA creditou cerca de R\$ 17,3 milhões em contas correntes das empresas ROCK STAR ENTERTAINMENT S/C LTDA., nº 110074, agência 1659, Itaú Unibanco, e ROCK STAR PRODUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., nº 36447, agência 3089, Bradesco; QUE, de março de 2009 a dezembro de 2010, a VIAOESTE creditou R\$ 9,6 milhões em contas correntes das empresas ROCK STAR ENTERTAINMENT S/C LTDA., nº 110074, agência 1659, Itaú Unibanco, e ROCK STAR PRODUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., nº 36447, agência 3089, Bradesco; QUE, de março de 2009 a junho de 2012, a CCR AUTOBAN creditou ao menos R\$ 13,7 milhões em contas correntes das empresas ROCK STAR ENTERTAINMENT S/C LTDA., nº 110074, agência 1659, Itaú Unibanco, e ROCK STAR PRODUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., nº 36447, agência 3089, Bradesco; QUE, no total, foram movimentados aproximadamente R\$ 46 milhões; QUE, o COLABORADOR apresenta

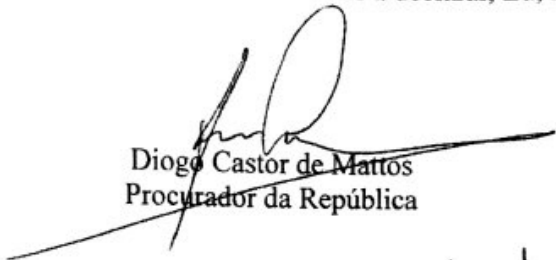



MPF

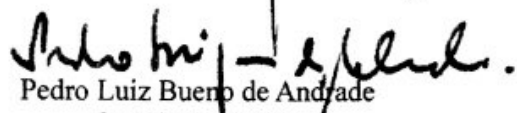
Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Estado do Paraná

como dados de corroboração movimentações financeiras das empresas ROCK STAR ENTERTAINMENT S/C LTDA. e ROCK STAR PRODUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.; e-mails trocados entre o COLABORADOR, SANDRA BRANCO, SONIA BRANCO, SUELI BRANCO, EVERALDO NASCIMENTO, da CCR, e JOSÉ ROBERTO MEIRELLES, da CCR, em novembro de 2009 e março de 2010. Nada mais a declarar, Eu, Diogo Castor de Mattos, li e assinei.


Diogo Castor de Mattos
Procurador da República


Adir Assad
Colaborador


Pedro Luiz Bueno de Andrade
OAB/SP 174.084



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL DA CAPITAL

MINISTÉRIO PÚBLICO
 P. J. de Patrimônio Público
 e Social da Capital

RECEBIDO

Em, 19/03/18
 2113

CONCLUSÃO

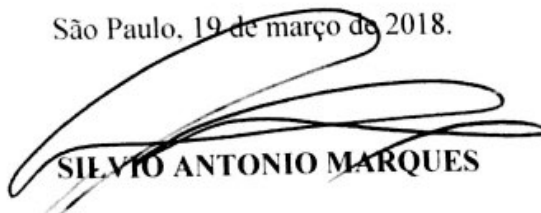
Aos 19/3/2018, eu, A Adriana Cipolla de Almeida, Oficial de Promotoria chefe, faço estes autos conclusos ao Dr. **SILVIO ANTONIO MARQUES**, DD. Promotor de Justiça, Secretário-Executivo.

De acordo com a reportagem do jornal o *Estado de S. Paulo* de 24/2/2018, "operador Adir Assad afirmou em depoimento de sua delação premiada à Lava Jato ter recebido por meio de suas empresas de fachada cerca de R\$ 46 milhões de concessionárias de rodovias do Grupo CCR. A delação integra a documentação da 48ª fase da operação, que investiga irregularidades em rodovias e envolve empresas que conquistaram concessões no Estado de São Paulo durante as gestões tucanas de Geraldo Alckmin e José Serra. Os repasses teriam sido efetuados entre 2009 e 2012 e parte dos valores, segundo Assad, foi entregue ao ex-diretor da Dersa Paulo Vieira de Souza".

Ainda conforme a mesma reportagem, "Assad é apontado nas investigações da Lava Jato como responsável por fornecer dinheiro em espécie para construtoras pagarem propina. Segundo ele, suas empresas de fachada eram subcontratadas e o valor das notas frias era usado para abastecer caixa 2 das empreiteiras. De 2007 a 2012, as empresas de Assad movimentaram R\$ 1,3 bilhão em contratos fictícios assinados com grandes empresas".

Isto posto, distribua-se procedimento em face de PAULO VIEIRA DE SOUZA, DERSA DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A., CCR (COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS) e ADIR ASSAD, para apurar os fatos.

São Paulo, 19 de março de 2018.


SILVIO ANTONIO MARQUES
 Promotor de Justiça - Secretário

10

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital

Classe de Distribuição: B		Natureza do Objeto: IA	
PJPP-CAP: 66	.0695	000295/2018	Prot PJ: 2113/2018
Proc Div:		Prot MP:	
TCM:		RI/PGJ:	
Contrato:		TCE:	
		Edital:	


Representante: **Insturado de oficio**

Representado: **DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A, Paulo Vieira de Souza, Concessionária CCR - (Companhia de Concessões Rodoviárias) e Adir Assad**

Objeto: **Apuração de irregularidade abordada na reportagem do Jornal O Estado de S.Paulo do dia 24/02/2018, de que o "operador Adir Assad afirmou em seu depoimento de sua delação premiada à Lava Jato ter recebido por meio de suas empresas de fachada cerca de R\$ 46 milhões de concessionárias de rodovias do Grupo CCR - os repasses teriam sido efetuados entre 2009 e 2012 e parte dos valores entregues ao ex-diretor da Dersa Paulo Vieira de Souza**

Autorizo a distribuição.

São Paulo, 22/03/2018


SILVIO ANTONIO MARQUES
4º Promotor de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital
Secretário Executivo

Distribuído ao 30º Promotor de Justiça do Patrimônio Público e Social



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL DA CAPITAL

PJPP-CAP n°

295/18

CONCLUSÃO

Em 22 de março de 2018, faço estes autos conclusos ao Dr. JOSÉ CARLOS GUILLEM BLAT, 10º Promotor de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital.

Ve
Tatiana Cristina de Andrade Vergueiro
Oficial de Promotoria

N.º 295/18

Manifestação em separado.

S. Paulo, 12/04/18

José Carlos Guillem Blat

12/04/18

RECEBIMENTO

Aos 13/04/18, eu, Tatiana Cristina de Andrade Vergueiro, Oficial de Promotoria, matrícula n.º 6834, recebi estes autos do Exmo. Sr. José Carlos Guillem Blat, Promotor de Justiça (*Ve*).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL DA CAPITAL
Rua Riachuelo, nº 115 - 7º andar / CEP 01007-904 - SP
Tel. (11) 3119-9915

São Paulo, 23 de abril de 2018.

Ofício nº 3719/2018

PJPP-CAP nº 14.0695.0000295/2018 – 10º PJ

(Pede-se o uso dessas referências)

Objeto: Apuração de irregularidade abordada na reportagem do Jornal O Estado de S.Paulo do dia 24/02/2018, de que o "operador Adir Assad afirmou em seu depoimento de sua delação premiada à Lava Jato ter recebido por meio de suas empresas de fachada cerca de R\$ 46 milhões de concessionárias de rodovias do Grupo CCR - os repasses teriam sido efetuados entre 2009 e 2012 e parte dos valores entregues ao ex-diretor da Dersa Paulo Vieira de Souza.

SENHOR DIRETOR,

Sirvo-me do presente para solicitar a Vossa Senhoria, em 10 dias, que preste informações sobre os fatos noticiados, apresentando quais são as empresas que formam o consórcio e seus respectivos representante legais.

Ao ensejo, renovo a Vossa Senhoria meus protestos de apreço e consideração.

JOSÉ CARLOS GUILLEM BLAT

10º Promotor de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital

Ao Ilustríssimo Senhor

MD. Diretor-Presidente do Grupo CCR

Av. Chedid Jafet, 222

Vila Olimpia

São Paulo – SP

CEP 04551-062



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL DA CAPITAL
Rua Riachuelo, nº 115 - 7º andar / CEP 01007-904 - SP
Tel. (11) 3119-9915

13

São Paulo, 23 de abril de 2018.

Ofício nº 3718/2018

PJPP-CAP nº 14.0695.0000295/2018 – 10º PJ
(Pede-se o uso dessas referências)

Objeto: Apuração de irregularidade abordada na reportagem do Jornal O Estado de S.Paulo do dia 24/02/2018, de que o "operador Adir Assad afirmou em seu depoimento de sua delação premiada à Lava Jato ter recebido por meio de suas empresas de fachada cerca de R\$ 46 milhões de concessionárias de rodovias do Grupo CCR - os repasses teriam sido efetuados entre 2009 e 2012 e parte dos valores entregues ao ex-diretor da Dersa Paulo Vieira de Souza.

SENHOR DIRETOR,

Sirvo-me do presente para solicitar a Vossa Senhoria, em 10 dias, e solicitar que encaminhe informações sobre eventuais procedimentos instaurados para apuração dos fatos noticiados por ADIR ASSAD.

Ao ensejo, renovo a Vossa Senhoria meus protestos de apreço e consideração.

JOSÉ CARLOS GUILLEM BLAT

10º Promotor de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital

Ao Ilustríssimo Senhor

DUARTE NOGUEIRA

MD. Diretor-Presidente do Desenvolvimento Rodoviário S/A – DERSA

Rua Iaiá, 126

CEP 04542-060

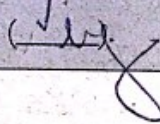
NESTA



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

IC n.º 295/2018

CERTIDÃO

Em 04 de maio de 2018 certifico que, devido a falta de espaço na agenda do Dr. José Carlos Guillem Blat, somente hoje tentei entrar em contato com o advogado PEDRO LUIZ BUENO DE ANDRADE, no telefone 3106-0446, para cumprimento da Portaria, item 5. No entanto, fui informada pela secretária do escritório MASSUD, SARCEDO e ANDRADE que o advogado estava em outra ligação e retornaria posteriormente. Eu, Tatiana Cristina de Andrade Vergueiro, matrícula n.º 6834, digitei e subscrevo a seguir ().

Sebastião Botto de Barros Tojal
Sérgio Rabello Tamm Renault
Jorge Henrique de Oliveira Souza

Eliene Marcelina de Oliveira
Aline Carvalho Rêgo
Marcelo Augusto Puzone Gonçalves
Leonardo Bissoli
Danielle da Silva Franco
Helôisa Martins Armelin
Murillo Cezar Corradi
Bruna Souza da Rocha
Giovanna Antonella Pannuto Burti
Renata Rocha Villela
Felipe Lauretti Spinardi
Stela Gabrielle Guilherme
Isabella Trevisan Padilha

tojalrenault
advogados

**ILUSTRÍSSIMO DOUTOR JOSÉ CARLOS GUILLEM BLAT, 10º PROMOTOR DE
JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL DA CAPITAL/SP,**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROTOCOLO: 0038625/18

Data : 14/05/2018

Hora: 17:35:05

14050502

Local de Entrada:

SUBÁREA DE APOIO ADMIN. - PROTOCOLO GERAL

Assunto:

RESPOSTA DE OFÍCIO

Interessado:

CCR

PJPP-CAP nº 14.0695.0000295/2018

REF: Ofício nº 3719/2018


CCR S.A., pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na
Av. Chedid Jafet, 222, bloco B, andar 05, Vila Olímpia, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF
sob o nº 02.846.056/0001-97, vem, por meio de seu advogado subscrevente, requerer:

- i) a juntada da procuração e dos atos constitutivos empresariais, ora anexos; e
- ii) a prorrogação, por 30 (trinta) dias, do prazo para a apresentação de resposta ao Ofício nº 3719/2018, tendo em vista o fato de que a Peticionária ainda está colhendo as informações necessárias para tanto.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo/SP, em 14 de maio de 2018.


Sebastião Botto de Barros Tojal

OAB/SP nº 66.905

MINISTÉRIO PÚBLICO
P. J. de Patrimônio Público
e Social da Capital
RECEBIDO
Em, 15/05/18
3821

alameda Itu 852 14º andar
01421-001 jd paulista são paulo sp
tel 11 3279 3500 fax 11 3279 3501
www.tojalrenault.com.br

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: CCR S.A., pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 5º andar, bairro Vila Olímpia, CNPJ/MF n. 02.846.056/0001-97, neste ato representado pelos seus Diretores, Sr. **PAULO YUKIO FUKUZAKI**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.194.341-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 073.215.168-65 e Sr. **FRANCISCO DE ASSIS NUNES BULHÕES**, brasileiro, divorciado, arquiteto, portador da Cédula de Identidade RG nº 06860597-1 - IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob nº 826.514.777-53, ambos com endereço comercial na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar – Vila Olímpia, São Paulo, SP.

OUTORGADOS: Os poderes infradescritos são outorgados aos advogados (i) Sr. **Sebastião Botto de Barros Tojal**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP nº 66.905 SSP/SP, integrante da sociedade TOJAL RENAULT ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.514.893/0001-56, estabelecido profissionalmente na Alameda Itu, nº 852, 14º andar, São Paulo, SP, CEP 01421-001; (ii) Sr. **Roberto Lopes Telhada**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SP sob nº 24.509/SP, integrante da sociedade ROBERTO TELHADA ADVOGADOS, inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.039.401/0001-93, estabelecido profissionalmente na Rua Guarará, 529 conjunto 32, São Paulo, SP, CEP 01425-001; e (iii) Sr. **Roberto Tadeu Telhada**, brasileiro, advogado inscrito na OAB/SP sob nº 146.232 SSP/SP, integrante da sociedade R. TADEU TELHADA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.014.656/0001-14, estabelecido profissionalmente na Avenida Marques de São Vicente, 446, 4º andar, Conjunto 415, Barra Funda, São Paulo, SP, CEP 01139-000.

PODERES CONFERIDOS: Poderes da cláusula *ad judicia* para o foro em geral, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive perante o Ministério Público do Estado de São Paulo, para representar a OUTORGANTE no âmbito do PJPP-CAP nº 14.0695.0000295/2018 – 10º PJ, referente ao Inquérito Civil nº 89/2018, instaurado de Ofício, tendo como representados, dentre outros, a Outorgante, podendo requerer o que for de interesse da OUTORGANTE, sendo vedado seu substabelecimento.

São Paulo, 10 de maio de 2018.


CCR S.A.





CCR S.A.
CNPJ/MF nº 02.846.056/0001-97
NIRE nº 35.300.158.334
Companhia Aberta

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2018**

**(ATA LAVRADA SOB A FORMA DE SUMÁRIO, COMO FACULTA O ARTIGO
130, PARÁGRAFO 1º, DA LEI Nº 6.404/76)**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 16 de abril de 2018, às 15:00 horas, na sede social da CCR S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, bloco B, 4º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. **PRESENÇA:** Foram cumpridas, no Livro de Presença de Acionistas, as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"). Compareceram à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária acionistas detentores de 1.547.912.150 (um bilhão, quinhentos e quarenta e sete milhões, novecentos e doze mil, cento e cinquenta) ações, representando 76,63% (setenta e seis vírgula sessenta e três por cento) do capital social total da Companhia, conforme presenças registradas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia e boletins de voto a distância enviados pelos acionistas. Presentes o representante da KPMG Auditores Independentes, Sr. Wagner Bottino; o Sr. Renato Alves Vale, Diretor Presidente; o Sr. Marcus Rodrigo de Senna, Diretor Jurídico; o Sr. Paulo Yukio Fukuzaki, Diretor de Planejamento e Controle; o Sr. Arthur Piotto Filho, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; o Sr. Francisco de Assis Nunes Bulhões, Diretor de Comunicação e Sustentabilidade; os Srs. Anna Maria Marcondes Penido Sant'Anna e Paulo Roberto Reckziegel Guedes, membros efetivos do Conselho de Administração; os Srs. Eduarda Penido Dalla Vecchia e Fernando Luiz Aguiar Filho, membros suplentes do Conselho de Administração; e, finalmente, presente também a Sra. Maria Cecília Rossi, membro do Conselho Fiscal da Companhia.

3. **CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÕES PRÉVIAS:** (a) O edital de convocação de que trata o artigo 124 da LSA foi publicado nos dias 15, 16 e 17 de março de 2018, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas páginas 106, 159 e 27, respectivamente, e no jornal "Valor Econômico", nas páginas B9, B5 e B9, respectivamente, bem como foi divulgado em 14 de março de 2018 no endereço eletrônico da Companhia (ccr.com.br); (b) (b.1) os documentos de que trata o artigo 133 da LSA, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017,



quais sejam: o relatório da administração; o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e o parecer do Conselho Fiscal foram publicados no dia 23 de fevereiro de 2018, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, páginas 5 a 27, e no Jornal "Valor Econômico", páginas B13 a B26; e (b.2) os documentos de que tratam os artigos 9, 10, 11 e 12 da Instrução Normativa da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada, foram devidamente apresentados e reapresentados à CVM por meio do Sistema Empresas.Net, em 14 e 20 de março de 2018, respectivamente, com relação às matérias da Assembleia Geral Ordinária e da Assembleia Geral Extraordinária.

4. COMPOSIÇÃO DA MESA: Sra. Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes, Presidente e Sr. Marcelo Fernandez Trindade, Secretário.

5. LEITURA DOS DOCUMENTOS: Dispensada a leitura dos documentos referidos no artigo 133 da LSA pela unanimidade dos acionistas presentes.

6. ORDEM DO DIA: (1) Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos Pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (ii) deliberar sobre o orçamento de capital da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2018, com prazo de duração de 1 (um) ano; (iii) deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (iv) fixar o número de assentos do Conselho de Administração para o próximo mandato e eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como seu Presidente e Vice-Presidente; (v) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal e a eleição de seus membros, bem como estabelecer seu regimento interno; e (vi) deliberar sobre a remuneração anual e global dos administradores e individual dos membros do Conselho Fiscal; e **(2) Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia em razão da adequação às novas regras do novo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), vigente a partir de 02 de janeiro de 2018; (ii) deliberar sobre a alteração dos Artigos 13, 14 e 21, parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia em razão de alterações no prazo de reuniões periódicas e de competências e valores de alçada do Conselho de Administração da Companhia, bem como da competência para aprovação do regimento interno do Conselho Fiscal; (iii) deliberar sobre a inclusão no Estatuto Social da Companhia de cláusula que preveja a obrigação de lançamento de oferta pública de aquisição de ações por atingimento de participação relevante na Companhia, na forma do novo Artigo 27 do Estatuto Social da Companhia; e (iv)



deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, caso restem aprovadas as propostas descritas nos itens 2.(i), 2.(ii) e 2.(iii) acima.

7. DELIBERAÇÕES:

Em seguida à aprovação da lavratura da ata sob a forma de sumário, foram aprovados, após debates e discussões, em:

I. Assembleia Geral Ordinária:

- (i) por unanimidade de votos, registradas as abstenções dos legalmente impedidos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas dos administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas dos Pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017;
- (ii) por unanimidade de votos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, o orçamento de capital da Companhia para o exercício social de 2018, no valor de R\$2.411.134.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e onze milhões, cento e trinta e quatro mil reais), com prazo de duração de 1 (um) ano;
- (iii) por maioria de votos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, que o "Lucro Líquido do Exercício" da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, no montante de **R\$1.791.310.937,02** (um bilhão, setecentos e noventa e um milhões, trezentos e dez mil, novecentos e trinta e sete reais e dois centavos) tenha a seguinte destinação:
 - (a) constituição de **Reserva Legal**, no montante de **R\$89.565.546,85** (oitenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e seis reais e oitenta e cinco centavos), nos termos do artigo 193 da LSA;
 - (b) distribuição de **Dividendos**, nos termos do artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, no valor de **R\$1.286.000.000,00** (um bilhão, duzentos e oitenta e seis milhões de reais), correspondentes a R\$0,636633663366 por ação ordinária, composto da seguinte forma:
 - (1) dividendos intermediários, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de outubro de 2017, no valor de **R\$886.000.000,00**



JUCESP
24 04 18



(oitocentos e oitenta e seis milhões de reais), correspondentes a R\$0,438613861386 por ação ordinária, sendo R\$760.386.745,11 (setecentos e sessenta milhões, trezentos e oitenta e seis mil, setecentos e quarenta e cinco reais e onze centavos), correspondentes a R\$0,376429081738 por ação ordinária, à conta de parte do saldo da reserva de retenção de lucros do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, e, a título de antecipação de parte do dividendo mínimo obrigatório, R\$125.613.254,89 (cento e vinte e cinco milhões, seiscentos e treze mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), correspondentes a R\$0,062184779648 por ação ordinária, à conta de parte dos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2017;

(2) dividendos obrigatórios, no valor de **R\$299.823.092,65** (duzentos e noventa e nove milhões, oitocentos e vinte e três mil, noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos), correspondentes a R\$0,148427273589 por ação ordinária; e

(3) dividendos complementares, no valor de **R\$100.176.907,35** (cem milhões, cento e setenta e seis mil, novecentos e sete reais e trinta e cinco centavos), correspondentes a R\$0,049592528391 por ação ordinária.

O pagamento dos dividendos mencionados nos itens 2 e 3 acima, no valor de **R\$400.000.000,00** (quatrocentos milhões de reais), correspondentes a R\$0,198019801980 por ação ordinária, será realizado a partir de 30 de abril de 2018, nos termos do Aviso aos Acionistas a ser divulgado na data de hoje, sendo que as ações da Companhia passarão a ser negociadas "ex dividendos" a partir de 17 de abril de 2018.

(c) o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no montante de **R\$1.176.132.135,28** (um bilhão, cento e setenta e seis milhões, cento e trinta e dois mil, cento e trinta e cinco reais e vinte e oito centavos), será transferido à conta de Reserva de Retenção de Lucros, com base no orçamento de capital para o exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2018, aprovado conforme descrito no item (ii) das Deliberações acima, nos termos do artigo 196 da LSA.

(iv) por maioria de votos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a composição do Conselho de Administração da Companhia para o mandato com encerramento na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2018, da seguinte forma: 12 (doze)





Sra. **Eduarda Penido Dalla Vecchia**, brasileira, divorciada, psicóloga, CPF/MF nº 212.454.978-20, RG nº 18607681 – SSP/SP, domiciliada em São Paulo – SP, na Av. Pedroso de Moraes, 1619 – conjunto 801 - Alto de Pinheiros, como sua respectiva suplente;

(4) o Sr. **Paulo Roberto Reckziegel Guedes**, brasileiro, casado, engenheiro, CPF/MF nº 400.540.200-34, RG nº 400.824.5518 - SSP/RS, domiciliado em Belo Horizonte – MG, na Av. do Contorno, nº 8123, Cidade Jardim, como membro efetivo e o Sr. **Tarcísio Augusto Carneiro**, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro civil, CPF/MF nº 372.404.636-72, RG nº MG-1.076.524 - SSP/MG, domiciliado em Belo Horizonte - MG, na Av. do Contorno, nº 8123, Cidade Jardim, como seu respectivo suplente;

(5) a Sra. **Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes**, brasileira, solteira, economista, CPF/MF nº 346.152.454-91, RG nº 1.651.916 SSP/PE, domiciliada no Rio de Janeiro – RJ, na Rua dos Oitis, nº 19, apartamento 302, como membro efetivo o Sr. **Eduardo Penido Sant'Anna**, brasileiro, solteiro, CPF/MF nº 346.293.038-98, RG nº 27.078.661 - SSP/SP, domiciliado em São Paulo – SP, na Av. Nove de Julho, 4939, 14º andar, conjuntos 143 e 144, Torre B, Jardim Paulista, como seu respectivo suplente;

(6) o Sr. **Fernando Luiz Aguiar Filho**, brasileiro, casado, engenheiro civil, CPF/MF nº 306.391.208-57, RG nº 29.900.104-0 – SSP/SP, domiciliado em São Paulo – SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, 12º andar, Itaim Bibi, como membro efetivo e a Sra. **Susana Amaral Silveira Chulam**, brasileira, casada, advogada, CPF/MF nº 221.135.938-82, RG nº 32.900.899-7 – SSP/SP, domiciliada em São Paulo – SP, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, 30º Andar – Torre Norte, Vila Nova Conceição, como sua respectiva suplente;

(7) o Sr. **Henrique Sutton de Sousa Neves**, brasileiro, casado, advogado, CPF/MF nº 388.577.077-68, RG nº 03118058-1 - IFP/RJ, domiciliado em São Paulo - SP, na Avenida Albert Einstein, nº 627/701, Morumbi, como membro efetivo e a Sra. **Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vecchia**, brasileira, casada, psicóloga, CPF/MF nº 147.192.518-89, RG nº 3.837.734-2 – SSP/SP, domiciliada em São Paulo – SP, com escritório na Avenida Pedroso de Moraes, 1.619, cj. 801, CEP 05419-001, como sua respectiva suplente;

(8) o Sr. **Flávio Mendes Aida**, brasileiro, casado, administrador de empresas, CPF/MF nº 260.111.038-47, RG nº 20.694.317 – SSP/SP, domiciliado em São Paulo – SP, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, 30º Andar –



Torre Norte, Vila Nova Conceição, como membro efetivo e o Sr. **Livio Hagime Kuze**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, CPF/MF nº 220.769.508-50, RG nº 30.051.450-5, domiciliado em São Paulo - SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, 12º andar, Itaim Bibi, como seu respectivo suplente;

(9) o Sr. **Renato Torres de Faria**, brasileiro, casado, engenheiro, CPF/MF nº 502.153.966-34, RG nº M1.727.787 - SSP/SP, domiciliado em São Paulo - SP, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, 30º Andar - Torre Norte, Vila Nova Conceição, como membro efetivo e o Sr. **Paulo Márcio de Oliveira Monteiro**, brasileiro, casado, engenheiro, CPF/MF nº 269.960.226-49, RG nº M739711 - SSP/MG, domiciliado em Belo Horizonte - MG, na Av. do Contorno, nº 8123, Cidade Jardim, como seu respectivo suplente;

(10) o Sr. **Luiz Alberto Colonna Rosman**, brasileiro, divorciado, advogado, CPF/MF nº 430.773.317-72, OAB/RJ nº 33.053, domiciliado no Rio de Janeiro - RJ, na Rua da Assembleia, nº 10, 38º andar, deliberando, inclusive, que o mesmo é membro independente nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, do item 5.7 da Política de Indicação da Companhia, bem como na forma do art. 12, §2º do Estatuto Social da Companhia;

(11) o Sr. **Wilson Nélio Brumer**, brasileiro, casado, administrador de empresas, CPF/MF 049.142.366-72, domiciliado em Nova Lima - MG, na Rua Alameda do Morro, nº 85, apartamento 1.900, bloco 05, Vila da Serra, deliberando, inclusive, que o mesmo é membro independente nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, do item 5.7 da Política de Indicação da Companhia, bem como na forma do art. 12, §2º do Estatuto Social da Companhia; e

(12) o Sr. **Leonardo Porciúncula Gomes Pereira**, brasileiro, casado, engenheiro de produção e economista, CPF/MF nº 606.399.897-72, RG nº 040.410.961 - IFP/RJ, domiciliado no Rio de Janeiro - RJ, na Av. Visconde de Albuquerque, nº 324, apto. 301, Leblon, CEP 22450-000, deliberando, inclusive, que o mesmo é membro independente nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, do item 5.7 da Política de Indicação da Companhia, bem como na forma do art. 12, §2º do Estatuto Social da Companhia.

Dentre os eleitos, os acionistas presentes deliberaram, nos termos do §5º do art. 12 do Estatuto Social da Companhia, aprovar por maioria de votos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a nomeação da Sra. **Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna** como Presidente do Conselho de



DUCE SP
24 04 18



Administração e o Sr. Ricardo Coutinho de Sena como Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Os conselheiros de administração ora eleitos tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados em livro próprio, tendo apresentado declaração prevista no art. 147, §4º da LSA e na Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002 e seus respectivos currículos, que ficarão arquivados na sede da Companhia, e permanecerão em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos, conforme vier a ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas da administração referentes ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2018, nos termos do Estatuto Social.

- (vi) Tendo sido solicitada a instalação do Conselho Fiscal por acionistas que representam mais de 2% (dois por cento) das ações com direito de voto, conforme previsto no art. 161, §2º da LSA e na Instrução CVM 324/00, os acionistas procederam à eleição de seus 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, conforme previsto no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia.

Além disso, tendo em vista a solicitação de adoção de votação em separado apresentada por acionistas minoritários, nos termos do artigo 161, §4º da LSA, foram eleitos, pelos acionistas minoritários que participaram da eleição em separado, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a Sra. Maria Cecília Rossi, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 10.615.437-0 - SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 038.192.128-09, residente e domiciliada na Rua Almeida Garret, nº 118, Alto de Pinheiros, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05459-020, como membro efetivo do Conselho Fiscal e o Sr. Alexandre Cardoso Freitas, brasileiro, casado, consultor financeiro e contábil, portador da Carteira de Identidade nº 04829642-0, expedida pela Secretaria de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 760.724.527-87, residente e domiciliado na Rua Piaui, nº 1.217, apto. 401, Bairro Funcionários, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30150-321, como seu respectivo suplente.

Em seguida, foram eleitos, por votação majoritária, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, os seguintes membros para compor o Conselho Fiscal da Companhia, indicados pelos acionistas signatários do Acordo de Acionistas da Companhia:



(1) o Sr. **Bruno Gonçalves Siqueira**, brasileiro, casado, economista e contabilista, CPF/MF nº 075.851.006-39, RG nº MG-13.786.224 – SSP/MG, domiciliado em Belo Horizonte – MG, na Av. do Contorno, nº 8123, Cidade Jardim, como membro efetivo e o Sr. **Fernando Santos Salles**, brasileiro, casado, engenheiro civil, CPF/MF nº 070.878.676-60, RG nº 12.245.176, expedido pela SSP/MG, domiciliado em Belo Horizonte - MG, na Av. do Contorno, nº 8123, Cidade Jardim, como seu respectivo suplente; e

(2) a Sra. **Piedade Mota da Fonseca**, brasileira, casada, auditoria, CPF/MF nº 548.435.537-00, RG nº 029317526 – IFP/RJ, domiciliada no Rio de Janeiro – RJ, na Avenida Lucio Costa, nº 4.000, Bloco 5, apartamento 206, Barra da Tijuca, como membro efetivo e o Sr. **Eraldo Soares Peçanha**, brasileiro, casado, contador e administrador de empresas, CPF/MF nº 179.386.437-34, RG nº 020.809/09 – CRC-RJ, domiciliado no Rio de Janeiro – RJ, na Avenida Prefeito Dulcídio Cardoso, nº 1400, Bloco 1, apto. 1202, Barra da Tijuca, CEP 22.260-311, como seu respectivo suplente.

Os conselheiros fiscais ora eleitos serão investidos em seus cargos mediante a assinatura do termo de posse lavrados em livro próprio, tendo apresentado previamente à Companhia declaração de que preenchem os requisitos previstos no art. 162, da LSA, a qual ficará arquivada na sede da Companhia, e permanecerão em seus cargos até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas da administração referentes ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2018, nos termos do Estatuto Social.

Foi, ainda, aprovado por unanimidade de votos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, o Regimento Interno do Conselho Fiscal da Companhia, conforme previsto no artigo 21, §2º, do Estatuto Social da Companhia.

- (vi) por maioria de votos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a proposta para a remuneração anual e global para os administradores no exercício social de 2018, no valor de até R\$71.100.000,00 (setenta e um milhões e cem mil reais), no caso de cumprimento integral (100%) das metas fixadas, podendo chegar a até R\$82.000.000,00 (oitenta e dois milhões de reais) no caso de superação de 200% (duzentos por cento) das referidas metas, incluindo salário/pró-labore, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social, reconhecida no resultado da Companhia, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA.



JUCESP
24 04 18



Foi, ainda, aprovada por unanimidade de votos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a remuneração, para cada membro do Conselho Fiscal, prevista no §5º do artigo 182 da LSA, correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração média de Diretor da Companhia (não computados benefícios, verbos de representação e participação nos lucros).

II. Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) por unanimidade de votos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a alteração do Estatuto Social da Companhia em razão da adequação às novas regras do novo Regulamento do Novo Mercado da B3, vigente a partir de 2 de janeiro de 2018. Assim, foram alterados os artigos 2º, 3º, 10, 12, parágrafos 2º e 4º, 15, parágrafo 2º, 18, caput, 21, caput e parágrafo 3º, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33 e 34 do Estatuto Social da Companhia, que passarão a vigorar com as redações constantes do Anexo II à presente ata.
- (ii) por unanimidade de votos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a alteração dos Artigos 13 caput e parágrafo 7º, 14 e 21, parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia em razão de alterações no prazo de reuniões periódicas e de competências e valores de alçada do Conselho de Administração da Companhia, bem como da competência para aprovação do regimento interno do Conselho Fiscal, que passarão a vigorar com as redações constantes do Anexo II à presente ata.
- (iii) por maioria de votos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a inclusão no Estatuto Social da Companhia de cláusula que preveja a obrigação de lançamento de oferta pública de aquisição de ações por atingimento de participação relevante na Companhia, na forma do novo Artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a redação constante do Anexo II à presente ata.
- (iv) por unanimidade de votos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir as alterações aprovadas nos itens (i), (ii) e (iii) acima, que passará a vigorar com a nova redação constante do Anexo II à presente ata.

8. ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS E LAVRATURA E LEITURA DA ATA:
Não havendo mais pautas a serem tratadas, a assembleia foi encerrada, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme e assinada por acionistas titulares dos votos suficientes para aprovação das matérias. Foi autorizada a publicação da



Av. Chedid Jafet, 222 - Bloco B - 5º andar
Vila Olímpia - 04551-065 - São Paulo - SP - Brasil
tel: 55 (11) 3048 5900 - fax: 55 (11) 3048 5903
www.ccr.com.br

JUCESP
24 04 18



presente ata com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme faculta o art. 130, §2º, da LSA.

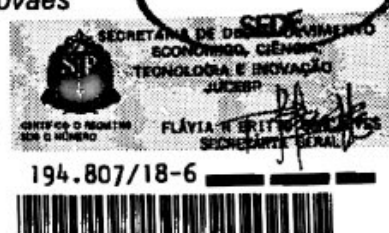
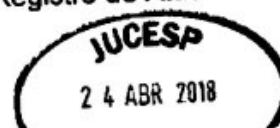
São Paulo, 16 de abril de 2018.

Certifico que a presente é cópia fiel do original, lavrada em Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais nº. 07, às folhas 101 à 150.

Sra. Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes

Presidente

Sr. Marcelo Fernandez Trindade
Secretário



JUCESP

Acionistas Presentes:

Procurador: Rodrigo Mesquita Pereira

4D EMERGING MARKETS INFRASTRUCTURE FUND

AJO EMERGING MARKETS SHORTENABLE FUND, L.P.

ALLIANZ EQUITY EMERGING MARKETS 1

ASSOCIATION D B E D R D P E P D L V M

BUREAU OF LABOR FUNDS - LABOR INSURANCE FUND

BUREAU OF LABOR FUNDS - LABOR PENSION FUND

CAPITAL GROUP EMERGING MARKETS RESTRICTED EQUITY C T (US)

CAPITAL GROUP EMERGING MARKETS TOTAL OPPORTUNITIES C T (US)

CAPITAL GROUP EMERGING MARKETS TOTAL OPPORTUNITIES FUND

CAPITAL INTERNAT. EMERG. MARKETS FUND

CAPITAL INTERNATIONAL FUND JAPAN

CAPITAL INTERNATIONAL PORTFOLIOS

CAPITAL WORLD GROWTH AND INCOME FUND

COMGEST GROWTH PLUS

EMERGING MARKETS EQUITY FUND

EMERGING MARKETS GROWTH FUND INC

FIDELITY INVESTMENT FUNDS FIDELITY INDEX EMERG MARKETS FUND

FIRST STATE GLOBAL UMBRELLA FD PLC RE FIRST STATE GLO LIST I

FIRST STATE SUSTAINABLE LISTED INFRASTRUCTURE FUND AS SUB F

FORSTA AP-FONDEN



Av. Chedid Jafet, 222 - Bloco B - 5º andar
Vila Olímpia - 04551-065 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: 55 (11) 3048 5900 - fax: 55 (11) 3048 5903
www.ccr.com.br

DUCE SP
24 04 18



FRANKLIN TEMPLETON INVESTMENT FUNDS
HSBC ETFS PUBLIC LIMITED COMPANY
INTERNATIONAL GROWTH AND INCOME FUND
JNL/MELLON CAPITAL EMERGING MARKETS INDEX FUND
JPMORGAN FUNDS (IRELAND) ICAV
MAGELLAN- BANCO SANTANDER S.A.
MORGAN STANLEY INVESTMENT FUNDS GLOBAL BALANCED DEFENSIVE FU
MORGAN STANLEY INVESTMENT FUNDS GLOBAL BALANCED FUND
NEW SOUTH WALLS TR CORP AS TR FOR THE TC EMER MKT SHAR FUND
NUSHARES ESG EMERGING MARKETS EQUITY ETF
NVIT EMERGING MARKETS FUND
OPTIMIX WHOLESALE GLOBAL EMERGING MARKETS SHARE TRUST
PS INTL LATAM LLC
PS LATIN AMERICA LLC
PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO
RETIREMENT INCOME PLAN OF SAUDI ARABIAN OIL COMPANY
ROBEKO CAPITAL GROWTH FUNDS
STICHTING PENSIOENFONDS VOOR HUISARTSEN
STICHTING DEPOSITARY APG EMERGING MARKETS EQUITY POOL
STICHTING JURIDISCH EIGENAAR ACTIAM BELEGINGSFONDSEN
THE BOEING COMPANY EMPLOYEE RETIREMENT PLANS MASTER TRUST
THE MASTER TRUST BANK OF JAP LTD. AS TR. FOR MTBJ400045829
THE MASTER TRUST BANK OF JAP, LTD. AS TR. FOR MTBJ400045828
THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS T. FOR MTBJ400045833
THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS T. FOR MTBJ400045835
THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS T. FOR MUTB400045796
THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TR FOR MUTB400045792
THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRU FO MTBJ400045849
THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR MUTB4000
THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. TRUSTEE MUTB400045794
UNIVERSAL-IVEST-GESELLSCHAFT MBH ON BEHALF OF BAYVK A2-FONDS
VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND
VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F
VANTAGETRUST III MASTER COLLECTIVE INVESTMENT FUNDS TRUST



Página 12 de 49



Procurador: João Carlos de Magalhães Lanza

ANTONIO ELIAS MOISES FILHO
CASSIO EMILIO HISSA SAFAR
CLUBE DE INVESTIMENTO MUND
CLUBE DE INVESTIMENTO PROGRESSO
CLUBE DE INVESTIMENTO VIOTTI
CLUBE DE INVESTIMENTO Zaqueus
EDUARDO DE ALMEIDA PINTO
EDUARDO HISSA SAFAR
FLAVIO ANTONIO HISSA SAFAR
FRACAO CLUBE DE INVESTIMENTO
GETULIO ANTONIO DA COSTA
IVAN COELHO MACIEL
MARCHALIVRE SERVICOS E PECAS LTDA.
MARCIO FERNANDO HISSA SAFAR
MARIA DE MENDONCA E LANZA
MUNDINVEST S/A - CCVM
OLIVEIRA FILHO CLUBE DE INVESTIMENTO
SANDRA SUELY HISSA SAFAR
SERGIO LUIZ DE MAGALHAES LANZA
VANIA ELIZABETH HISSA SAFAR DE CAMARGOS

Procurador: Felipe Cavallieri de Gusmão

AGC PARTICIPACOES LTDA
ANDRADE GUT CONCESSOES SA
PAULO ROBERTO RECKZIEGEL GUEDES

Procurador: Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna

ANA MARIA MARCONDES PENIDO SANT ANNA
SOARES PENIDO CONCESSOES SA

Procurador: Susana Amara Siqueira Chulam

CAMARGO COR INVESTRUT SA
CC INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.



0000SP
24 04 20



Av. Chedid Jafet, 222 - Bloco B - 5º andar
Vila Olímpia - 04551-065 - São Paulo - SP - Brasil
tel: 55 (11) 3048 5900 - fax: 55 (11) 3048 5903
www.ccr.com.br

DUCE SP
24 04 18



BMO LGM GLOBAL EMERGING MARKETS FUND
BMO MSCI EMERGING MARKETS INDEX ETF
BMO PRIVATE EMERGING MARKETS EQUITY PORTFOLIO
BNY MELLON FUNDS TRUST - BNY MELLON INTERNATIONAL EQUITY INC
BNY MELLON TR & DEP (UK) LIM AS T OF IS EM MK EQ I FD (UK)
BOARD OF PENSIONS OF THE EVANGELICAL LUTHERAN CHURCH IN AMER
BP PENSION FUND
BRITISH AIRWAYS PEN TRUSTEES LTD-MAIN A/C
BRITISH AIRWAYS PENSION TRUSTEES LTD. (MPF A/C)
BRITISH COLUMBIA INVESTMENT MANAGEMENT CORPORATION
CADENCE GLOBAL EQUITY FUND L.P.
CADMOS FUND MANAGEMENT - GUILLE EMERGING MARKETS EF
CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC
CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM
CANADA PENSION PLAN INVESTMENT BOARD
CANADIAN PACIFIC RAILWAY COMPANY PENSION TR F
CAPITAL GROUP EMERGING MARKETS TOTAL OPPORTUNITIES FUND (CAN
CASEY FAMILY PROGRAM
CATHOLIC HEALTH EAST CONSOLIDATED MASTER RETIREMENT TRUST
CATHOLIC HEALTH INITIATIVES
CENTRAL STATES SOUTHEAST SOUTHWEST A PE FD
CF DV EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND
CHI OPERATING INVESTMENT PROGRAM LP
CIBC EMERGING MARKETS INDEX FUND
CITITRUST LIMITED AS TRUSTEE OF BLACKROCK PREMIER FUNDS - BL
CITY OF NEW YORK DEFERRED COMPENSATION PLAN
CITY OF NEW YORK DEFERRED COMPENSATION PLAN
CMLA INTERNATIONAL SHARE FUND
COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND
COLONIAL FIRST STATE INVESTMENT FUND 10
COLONIAL FIRST STATE WHOLESALE GL L INFRASTRUCTURE SEC FUND
COLORADO PUBLIC EMPLOYEES RET. ASSOCIATION
COLUMBIA EM QUALITY DIVIDEND ETF
COMMONWEALTH BANK GROUP SUPER
COMMONWEALTH EMERGING MARKETS FUND 6
COMMONWEALTH GLOBAL SHARE FUND 22
COMMONWEALTH GLOBAL SHARE FUND 23
COMMONWEALTH GLOBAL SHARES FUND 4
COMMONWEALTH SUPERANNUATION CORPORATION



Página 15 de 49



COMPASS EMP EMERGING MARKET 500 VOLATILITY WEIGHTED INDEX E
COMPASS EMP MARKET NEUTRAL INCOME FUND
CONSULTING GROUP CAPITAL MKTS FUNDS EMER MARKETS EQUITY FUND
COUNTY EMPLOYEES ANNUITY AND BENEFIT FD OF THE COOK COUNTY
DELAWARE POOLED TRUST -THE EMERGING MARKETS PORTFOLIO
DESJARDINS GLOBAL INFRASTRUCTURE FUND
DEUTSCHE INTERNATIONAL FUND, INC. / DEUTSCHE EMERGING MARKET
DEUTSCHE X-TRACKERS FTSE EMERGING COMPREHENSIVE FACTOR ETF
DEUTSCHE X-TRACKERS MSCI ALL WORLD EX US HEDGED EQUITY ETF
DIVERSIFIED MARKETS (2010) POOLED FUND TRUST
DREYFUS OPPORTUNITY FUNDS - DREYFUS STRATEGIC BETA E M E F
EASTSPRING INVESTMENTS
EATON VANCE COLLECTIVE INVESTMENT TFE BEN PLANS EM MQ EQU FD
EATON VANCE INT (IR) F PLC-EATON V INT (IR) PAR EM MKT FUND
EATON VANCE TR CO CO TR FD - PA STR EM MKTS EQ COM TR FD
EMERGING MARKETS EQUITY ESG SCREENED FUND B
EMERGING MARKETS EQUITY INDEX MASTER FUND
EMERGING MARKETS EQUITY INDEX PLUS FUND
EMERGING MARKETS EX-CONTROVERSIAL WEAPONS EQUITY INDEX FD B
EMERGING MARKETS INDEX NON-LENDABLE FUND
EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES LR FUND
EMERGING MARKETS SUDAN FREE EQUITY INDEX FUND
EUROPEAN CENTRAL BANK
EVTC CIT FOF EBP-EVTC PARAMETRIC SEM CORE EQUITY FUND TR
EXELON GENERATION COMP, LLC TAX QUALIFIED NUCLEAR DECOMM PAR
F & C INVESTMENT FUNDS ICVC II EMERGING MARKETS FUNDS
FIDELITY RUTLAND SQUARE TRUST II: STRATEGIC A E M FUND
FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY E M INDEX FUND
FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY G EX U.S INDEX FUND
FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY TOTAL INTE INDEX FUND
FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY FLEX INTERNATIONAL IND
FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY SAI EMERGING M I FUND
FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY SERIES G EX US I FD
FINANCIAL SECTOR DEVELOPMENT FUND
FIRST ST INVEST ICVC - FIRST ST GL LISTED INFRA FUND
FIRST TRUST BICK INDEX FUND
FORD MOTOR CO DEFINED BENEF MASTER TRUST
FORD MOTOR COMPANY OF CANADA, L PENSION TRUST
FORWARD INTERNATIONAL DIVIDEND FUND



33

Av. Credit Anfel, 222 - Bloco B - 5º andar
Vila Olimpia - 04551-065 - São Paulo - SP - Brasil
tel: 55 (11) 3048 5900 - fax: 55 (11) 3048 5903
www.ccr.com.br

DUCESP
24 04 18



FRANKLIN GLOBAL TRUST - FRANKLIN GLOBAL L INFRASTRUCTUR FUND
FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE BRAZI
FSS EMERGING MARKET EQUITY TRUST
FUTURE FUND BOARD OF GUARDIANS
GAM STAR FUND PLC
GENERAL PENSION AND SOCIAL SECURITY AUTHORITY
GOVERNMENT EMPLOYEES SUPERANNUATION BOARD
GOVERNMENT INSTITUTIONS PENSION FUND
HAND COMPOSITE EMPLOYEE BENEFIT TRUST
HEXAVEST ACWI EQUITY FUND
HOSKING GLOBAL FUND PLC
HOSKING PARTNERS COLLECTIVE INVESTMENT TRUST
HOSKING PARTNERS EQUITY FUND LLC
HOSKING PARTNERS GLOBAL EQUITY TRUST
HOSTPLUS POOLED SUPERANNUATION TRUST
HSBC BRIC EQUITY FUND
HSBC UCITS COMMON CONTRACTUAL FUND
IBM 401 (K) PLUS PLAN
ILLINOIS MUNICIPAL RETIREMENT FUND
INTERNATIONAL EXPATRIATE BENEFIT MASTER TRUST
INTERNATIONAL MONETARY FUND
INTERVENTURE EQUITY INVESTMENTS LIMITED
INVESCO POOLED INVESTMENT FUND - GLOBAL STRATEGIC EQUITY FUN
INVESTERINGSFORENINGEN NYKREDIT INVEST ENGROS, GLOBAL DIVERS
INVESTORS WHOLESALE EMERGING MARKETS EQUITIES TRUST
IRISH LIFE ASSURANCE PLC
ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS ETF
ISHARES CORE MSCI TOTAL INTERNATIONAL STOCK ETF
ISHARES EMERGING MARKETS DIVIDEND ETF
ISHARES EMERGING MARKETS FUNDAMENTAL INDEX ETF
ISHARES EMERGING MARKETS INFRASTRUCTURE ETF
ISHARES GLOBAL MONTHLY DIVIDEND INDEX ETF (CAD-HEDGED)
ISHARES II PUBLIC LIMITED COMPANY
ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY
ISHARES LATIN AMERICA 40 ETF
ISHARES MSCI ACWI ETF
ISHARES MSCI ACWI EX U.S. ETF
ISHARES MSCI ACWI LOW CARBON TARGET ETF
ISHARES MSCI BRAZIL CAPPED ETF



Página 17 de 49



Av. Credit Intel, 222 - Bloco B - 5º andar
Jardim Olímpia - 04551-065 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: 55 (11) 3048 5900 - fax: 55 (11) 3048 5903
www.ccr.com.br

DUCESP
24 04 18



ISHARES MSCI BRAZIL UCITS ETF USD (ACC)
ISHARES MSCI BRIC ETF
ISHARES MSCI EMERGING MARKETS ETF
ISHARES MSCI EMERGING MARKETS EX CHINA ETF
ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY
ISHARES V PUBLIC LIMITED COMPANY
ITAU FUNDS - LATIN AMERICA EQUITY FUND
JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD. RE: STB DAIWA BRAZIL INFRA
JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD. RE: STB DAIWA BRAZIL STOCK
JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD. RE: STB DAIWA E E F I M F
JAPAN TRUSTEE SERVICES BK, LTD. RE: RTB DAIWA LA EQUITY FD
JAPAN TRUSTEE SERVICES BK, LTD. RE: RTB NIKKO BEA MOTHER FD
JOHN HANCOCK FUNDS II INTERNATIONAL STRATEGIC EQUITY ALLOCAT
JOHN HANCOCK FUNDS II STRATEGIC EQUITY ALLOCATION FUND
JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST INTERN EQUITY INDEX TRUST
JULIUS BAER MULTISTOCK SICAV
K INVESTMENTS SH LIMITED
KAPITALFORENINGEN INVESTIN PRO, GLOBAL EQUITIES I
KAPITALFORENINGEN LAEGERNES PENSIONSINVESTERING, LPI AEM III
LABORERS ANNUITY & BENEFIT FUND OF CHICAGO
LATTICE EMERGING MARKETS STRATEGY ETF
LAUDUS MONDRIAN EMERGING MARKETS FUND
LEGAL & GENERAL COLLECTIVE INVESTMENT TRUST
LEGAL & GENERAL FUTURE WORLD EQUITY FACTORS INDEX
LEGAL & GENERAL GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX FUND
LEGAL & GENERAL GLOBAL EQUITY INDEX FUND
LEGAL & GENERAL ICAV
LEGAL & GENERAL INTERNATIONAL INDEX TRUST
LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD
LEGAL AND GENERAL ASSURANCE SOCIETY LIMITED
LEGG MASON EMERGING MARKETS DIVERSIFIED CORE ETF
LEGG MASON FUNDS CVC - LEGG MASON EMERGING MARKETS EQUITY F
LEGG MASON GLOBAL FUNDS PLC
LEGG MASON GLOBAL INFRASTRUCTURE ETF
M&G (LUX) INVESTMENT FUNDS I
M&G INVESTMENT FUND (10) - M&G GLOBAL LISTED INFRA
MANAGED PENSION FUNDS LIMITED
MASTER TRUST FOR CERTAIN TAX QUALIFIED BECHTEL RETIREMENT PL
MDPIM EMERGING MARKETS EQUITY POOL



Página 18 de 49



DUCE SP
24 04 18



MERCER EMERGING MARKETS EQUITY FUND
MERCER EMERGING MARKETS FUND
MERCER QIF FUND PLC
MGI FUNDS PLC
MIRAE ASSET TRIUMPH LATAM EMEA PRIVATE EQUITY MAST
MM SELECT EQUITY ASSET FUND
MONDRIAN ALL COUNTRIES WORLD EX US EQ FUND LP
MONDRIAN EMERGING MARKETS EQUITY FUND
MONDRIAN EMERGING MARKETS EQUITY FUND, LP
MONDRIAN EMERGING MARKETS WEALTH EQUITY FUND, L.P.
MONDRIAN FOCUSED EMERGING MARKETS EQUITY FUND
MONDRIAN FOCUSED EMERGING MKTS EQUITY FUND, L.P.
MONDRIAN MASTER COLLECTIVE INVESTMENT TRUST
MUMTALAKAT
MUNICIPAL E ANNUITY A B FUND OF CHICAGO
NAT WEST BK PLC AS TR OF ST JAMES PL GL EQUITY UNIT TRUST
NATIONAL COUNCIL FOR SOCIAL SECURITY FUND
NATIONAL WESTMINSTER BK PLC AS DEPOSITARY OMGEMFASFOMIF(7
NAVARRO 1 FUND LLC
NEW YORK STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM
NEW ZEALAND SUPERANNUATION FUND
NEWTON MULTI-ASSET INCOME FUND
NOMURA MULTI MANAGERS FUND III - EMERGING MARKETS EQUITY
NOMURA MULTI MANAGERS FUND V - GLOBAL INF EQUITY PREMIUM
NOMURA MULTI MANAGERS FUND V - WORLD INFRASTRUCTURE EQUITY
NORGES BANK
NORTHERN EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND
NORTHERN TRUST COLLECTIVE ALL COUNTRY WORLD I (ACWI) E-U F-L
NORTHERN TRUST COLLECTIVE EMERGING MARKETS INDEX FUND-LEND
NORTHERN TRUST INVESTMENT FUNDS PLC
NORTHERN TRUST LUXEMBOURG MANAG COMP S.A. O B OF V FCP-SIF
NORTHERN TRUST UCITS FGR FUND
NTGI QM COMMON DAILY ALL COUNTRY WORLD EXUS EQU INDEX FD LEND
NTGI QUANTITATIVE MANAGEMENT COLLEC FUNDS TRUST
NTGI-QM COMMON DAC WORLD EX-US INVESTABLE MIF - LENDING
NTGI-QM COMMON DAILY EMERGING MARKETS EIF - LENDING
NTGI-QM COMMON DAILY EMERGING MARKETS EQUITY I F- NON L
NUVEEN GL INVESTORS FD, PLC - NUVEEN GL INFRASTRUCTURE FUND
NUVEEN GLOBAL INFRASTRUCTURE FUND



Av. Chelid, 222 - Bloco B - 5º andar
 Vila Campina - 04551-065 - São Paulo - SP - Brasil
 tel: (11) 3048 5900 - fax: (11) 3048 5903
 www.ccr.com.br

DUCE SP
 24 04 18



NUVEEN/SEI TRUST COMPANY INVESTMENT TRUST
 OKLAHOMA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM
 OLD WESTBURY LARGE CAP STRATEGIES FUND
 OLD WESTBURY STRATEGIC OPPORTUNITIES FUND
 OMERS ADMINISTRATION CORPORATION
 OMNIS MANAGED INVESTMENTS ICVC - OMNIS MULTI-ASSET INCOME F
 ONTARIO PENSION BOARD
 ONTARIO TEACHERS PENSION PLAN BOARD
 OPENWORLD PUBLIC LIMITED COMPANY
 OYSTER CREEK NUCLEAR GENERATING STATION QUALIFIED FUND
 PACE INT EMERG MARK EQUITY INVESTMENTS
 PACIFIC GAS & EL COMP NU F Q CPUC DEC MASTER TRUST
 PANAGORA DIVERSIFIED RISK MULTI-ASSET FUND, LTD.
 PANAGORA GROUP TRUST
 PANAGORA RISK PARITY MULTI ASSET MASTER FUND, LTD
 PARAMETRIC EMERGING MARKETS FUND
 PARAMETRIC TAX-MANAGED EMERGING MARKETS FUND
 PARAMETRIC TMEHC FUND, LP
 PENSION DANMARK PENSIONS FORSIKRINGS AKTIESELSKAB, G A VII
 PEOPLE S BANK OF CHINA
 PEPSICO INC. MASTER RETIREMENT TRUST
 PERPETUAL TRUST SERVICES LIMITED (ABN 48 000 142 049) AS TRU
 PG & E PORTRET MED PL TR-NON MANAGEM EMPLOY AND RETIREES
 PICTET - EMERGING MARKETS HIGH DIVIDEND
 PICTET - EMERGING MARKETS INDEX
 PICTET FUNDS S.A RE: PI(CH)-EMERGING MARKETS TRACKER
 PICTET GLOBAL SELECTION FUND G H Y E EQUITIES FUND
 PIMCO EQUITY SERIES: PIMCO RAFI DYNAMIC MULTI-FACTOR EMERGIN
 POWERSHARES FTSE RAFI EMERGING MARKETS PORTFOLIO
 POWERSHARES FTSE RAFI EMERGING MARKETS UCITS ETF
 POWERSHARES PUREBETA FTSE EMERGING MARKETS PORTFOLIO
 PRIME SERIES SCHRODERS EM EQUITY FUND
 PRINCIPAL FUNDS, INC - GLOBAL DIVERSIFIED INCOME FUND
 PUBLIC EMPLOYEE RETIREMENT SYSTEM OF IDAHO
 PUBLIC SECTOR PENSION INVESTMENT BOARD
 QS INVESTORS DEL GLOBAL EMERGING MARKETS EQUITY FUND LP
 RAILWAYS PENSION TRUSTEE COMPANY LIMITED
 RETAIL EMPLOYEES S.PTY. LIMITED
 ROBECO GLOBAL EMERGING MARKETS EQUITY FUND II



DUCEAP
24 04 18



ROBUSTA EMERGING MARKETS EQUITY FUND
RUSSELL GLOBAL INFRASTRUCTURE POOL
RUSSELL GLOBAL LISTED INFRASTRUCTURE FUND - \$A HEDGED
RUSSELL INSTITUTIONAL FUNDS, LLC- RUSSELL GLOBAL LISTED I F
RUSSELL INVESTMENT COMPANY MULTI-ASSET GROWTH STRATEGY FUND
RUSSELL INVESTMENT COMPANY PUBLIC LIMITED COMPANY
RUSSELL INVESTMENT COMPANY RUSSELL GLOBAL INFRASTRUCTURE FUN
RUSSELL INVESTMENT COMPANY RUSSELL TAX-MANAGED INTERNATIONAL
RUSSELL INVESTMENT MANAGEMENT LTD AS TRUSTEE OF THE RUSSELL
RUSSELL INVESTMENT MANAGEMENT LTD AS T OF THE R M-A F E FUND
RUSSELL TR COMPANY COMMINGLED E. B. F. T. R. L. D. I. S.
RUSSELL TRUST COMPANY COMMINGLED EMPLOYEE BENEFIT FUNDS T
SALIENT EM INFRASTRUCTURE FUND
SCHRODER BRICS EQUITY MOTHER FUND
SCHRODER COLLECTIVE INVESTMENT TRUST
SCHRODER EMERGING MARKET EQUITY FUND
SCHRODER EMERGING MARKETS FUND (CANADA)
SCHRODER GLOBAL QUALITY FUND (CANADA)
SCHRODER INTERNATIONAL MULTI-CAP VALUE FUND
SCHRODER LATIN AMERICA EQUITY MOTHER FUND
SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF
SCHWAB FUNDAMENTAL EMERGOING MARKETS LARGE COMPANY INDEX
ETF
SCHWAB FUNDAMENTAL EMERGING MARKETS LARGE COMPANY INDEX
FUND
SCOTIA PRIVATE GLOBAL INFRASTRUCTURE POOL
SCOTTISH WIDOWS INVESTMENT SOLUTIONS FUNDS ICVC- FUNDAMENTAL
SENTRY CORPORATE CLASS LTD.
SENTRY GLOBAL GROWTH AND INCOME FUND
SEXTANT GLOBAL HIGH INCOME FUND
SOUTHERN CAL ED C N F Q C DC MT S ON P VD N G
SPARTAN GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS: SPARTAN EMERG
SPDR MSCI ACWI LOW CARBON TARGET ETF
SPDR MSCI EMERGING MARKETS FOSSIL FUEL FREE ETF
SPDR MSCI EMERGING MARKETS STRATEGICFACTORS ETF
SPDR S&P EMERGING MARKETS ETF
SPDR S&P EMERGING MARKETS FUND
SSGA MSCI ACWI EX USA INDEX NON-LENDING DAILY TRUST
SSGA MSCI BRAZIL INDEX NON-LENDING QP COMMON TRUST FUND



DUCE SP
24 04 18



SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC
SSGA SPDR ETFS EUROPE II PUBLIC LIMITED COMPANY
ST STR MSCI ACWI EX USA IMI SCREENED NON-LENDING COMM TR FD
ST STR RUSSELL FUND GL EX-U.S. INDEX NON-LEND COMMON TR FD
ST. JOSEPH HEALTH SYSTEM
STANLIB FUNDS LIMITED
STATE OF IDAHO, ENDOWMENT FUND INVESTMENT BOARD
STATE OF IND PUBLIC EMPL RET FUND
STATE OF MINNESOTA STATE EMPLOYEES RET PLAN
STATE OF NEW JERSEY COMMON PENSION FUND D
STATE OF NEW MEXICO EDUCATIONAL RETIREMENT BOARD
STATE ST B AND T C INV F F T E RETIR PLANS
STATE STREET C S JERSEY L T O T COSM I F
STATE STREET EMERGING MARKETS EQUITY INDEX FUND
STATE STREET GLOBAL ADVISORS LUX SICAV - S S G E M I E FUND
STATE STREET GLOBAL EQUITY EX-US INDEX PORTFOLIO
STATE STREET IRELAND UNIT TRUST
STATE STREET RAFI EMERGING MARKETS INDEX NON-LENDING COMMON
STATE STREET VARIABLE INSURANCE SERIES FUNDS, INC
STICHTING BEDRIJFSTAKPENSIOENFONDS V H BEROEPSVERVOER O D WE
STICHTING BLUE SKY PASSIVE EQUITY EMERGING MARKETS GLOBAL FU
STICHTING CUSTODY ROBECO INSTITL RE:ROBECO INSTIT EM MKT FON
STICHTING DELA DEPOSITARY & MANAGEMENT
STICHTING DOW PENSIOENFONDS
STICHTING F&C MULTI MANAGER EMERGING EQUITY ACTIVE
STICHTING PENSIOENFONDS VAN DE ABN AMRO BK NV
STICHTING PENSIOENFONDS VAN DE NEDERLANDSCHE BANK N.V
STICHTING PGGM DEPOSITARY
STICHTING PHILIPS PENSIOENFONDS
SUNSUPER SUPERANNUATION FUND
TASPLAN SUPERANNUATION FUND
TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS
TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF THE STATE OF ILLINOIS
THE BANK OF NEW YORK MELLON EMP BEN COLLECTIVE INVEST FD PLA
THE BAR EM MKTS UM FD SF BAR LATIN AMERICA
THE BOARD OF THE PENSION PROTECTION FUND
THE BUNTING EMERGING EQUITY TE LIMITED LIABILITY COMPANY
THE BUNTING FAMILY EMERGING EQUITY LIMITED LIABILITY COMPANY
THE CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYS.

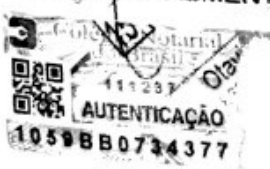


DUCEAP
24 04 18



Endereço: 222 - Bloco B - 5º andar
São Paulo - SP - Brasil
Telefone: (045) 51 065 - São Paulo - SP - Brasil
Fax: 55 (11) 3048 5900 - fax: 55 (11) 3048 5903
www.duceap.br

THE GOVERNMENT OF HIS M THE S AND Y D-P OF BRUNEI DARUSSALAM
THE GOVERNMENT OF THE PROVINCE OF ALBERTA
THE MASTER J B J, LTD AS T OF DAWA BRAZIL STOCK OPEN-RIO WI
THE MASTER TR BANK OF JAPAN AS TR FOR HSBC BRAZIL MOTHER FD
THE MASTER TR BK OF JAPAN, LTD. AS TR OF E C S ACT MO FUND
THE MASTER TR BK OF JP, LTD AS TR OF SCHRODER BRICS EQ MTHR F
THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TOS LATIN AEMF
THE MONETARY AUTHORITY OF SINGAPORE
THE NOMURA T AND B CO LTD RE I E S INDEX MSCI E NO HED M FUN
THE NOMURA T AND B CO LTD RE NIPPON C E MARKETS MOTHER FUND
THE NORTH CAROLINA SUPPLEMENTAL RETIREMENT PLANS G
THE PENSION RESERVES INVESTMENT MANAG.BOARD
THE PENSIONS TRUST
THE PFIZER MASTER TRUST
THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA
THE SEVENTH SWEDISH NATIONAL PENSION FUND - AP7 EQUITY FUND
THE STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF OHIO
THE TEXAS EDUCATION AGENCY
THE TIFF KEYSTONE FUND, L.P.
THE TREASURER OF THE S OF J ON B OF THE S OF J COMM INV FUND
THREADNEEDLE (LUX)
THREE MILE ISLAND UNIT ONE QUALIFIED FUND
TIAA-CREF FUNDS - TIAA-CREF EMERGING MARKETS EQUITY I F
TIFF MULTI-ASSET FUND
TMTBJ TRT OF SCHRODER GLOBAL EMERGING EQUITY MOTHER FUND
TOTAL INTERNATIONAL EX U.S. I MASTER PORT OF MASTER INV PORT
TRADITIONAL FUNDS PLC - F&C MACRO GLOBAL BOND FUND (EURO)
TRADITIONAL FUNDS PLC - F&C MULTI STRATEGY GLOBAL EQUITY F
TREASURER OF THE ST.OF N.CAR.EQT.I.I.FD.P.TR.
TRINITY HEALTH CORPORATION
TRINITY HEALTH PENSION PLAN
TRUST & CUSTODY S BK, LTD. AS TR FOR COMGEST E EQUITY FUND
TRUST & CUSTODY SERVICES BANK, LTD. AS TRUSTEE FOR G C I E F
TRUST & CUSTODY SERVICES BANK, LTD. RE: EMERGING E P M F
TRUST & CUSTODY SERVICES BANK, LTD.RE: BRAZIL INFRASTRUCTURE
TRUST AND CUS SERVICES BANK, LTD. AS TRT HSBC BR NEW MO FD
UPS GROUP TRUST
USAA EMERGING MARKETS FUND
UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS



World Jurec, 222 - Bloco B - 5º andar
São Paulo - SP - Brasil
CNPJ: 04551 065 - São Paulo - SP - Brasil
FAX: 55 (11) 3048 5900 - fax: 55 (11) 3048 5903
www.ccr.com.br

DUCE SP
24 04 18



VANG FTSE ALL-WORLD EX-US INDEX FD, A S OF V INTER E I FDS
VANGUARD EMERGING MARKETS SELECT STOCK FUND
VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY
VANGUARD INTERNATIONAL HIGH DIVIDEND YIELD INDEX FUND
VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F
VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC
VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF
VERDIPAPIRFONDET KLP AKSJE FREMVOKSENDE MARKEDER INDEKS I
VFMC INTERNATIONAL EQUITY TRUST 1
VFMC INTERNATIONAL EQUITY TRUST 2
VICTORIAN SUPERANNUATION FUND
VICTORY CEMP EMERGING MARKET HIGH DIV VOLATILITY WTD INDEX E
VIRTUS EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND
VIRTUS GLOVISTA EMERGING MARKETS ETF
VONTOBEL EMERGING MARKETS I FUND S I OF THE S M-S FUND, L.P.
VONTOBEL GLOBAL EMERGING MARKETS EQUITY INSTITUTIONAL FUND
VONTOBEL INVESTMENT TRUST
VOYA EMERGING MARKETS INDEX PORTFOLIO
VOYA INVESTMENT MANAGEMENT CO. LLC
WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD
WELLS FARGO BK D OF T ESTABLISHING INV F FOR E BENEFIT TR
WELLS FARGO FACTOR ENHANCED EMERGING MARKETS PORTFOLIO
WHEELS COMMON INVESTMENT FUND
WISDOMTREE EMERG MKTS QUALITY DIV GROWTH FUND
WISDOMTREE EMERGING MARKETS CONSUMER GROWTH FUND
WISDOMTREE EMERGING MARKETS DIVIDEND FUND
WISDOMTREE EMERGING MARKETS DIVIDEND INDEX ETF
WISDOMTREE GLOBAL EX-U.S. QUALITY DIVIDEND GROWTH FUND
WISDOMTREE GLOBAL HIGH DIVIDEND FUND
WM POOL - EQUITIES TRUST NO. 72
X-TRACKERS MSCI ALL WORLD EX US HIGH D Y H E ETF
X-TRACKERS MSCI BRAZIL HEDGED EQUITY ETF



DUCE SP
 24 04 18



CCR S.A.
 CNPJ/MF nº 02.846.056/0001-97
 NIRE nº 35.300.158.334
 Companhia Aberta

ANEXO I

MAPA DE VOTAÇÃO

Matérias da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 16 de abril de 2018

Descrição da Deliberação	Voto	Quantidade de ações	% de ações presentes
Deliberar sobre as contas dos administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos Pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, devidamente auditados pela KPMG Auditores Independentes	Aprovações	1.223.591.098	79,05%
	Rejeições	0	0,00%
	Abstenções, votos em branco e nulos	324.321.052	20,95%
Deliberar sobre o orçamento de capital da Companhia para o exercício social de 2018, no valor de R\$2.411.134.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e onze milhões, cento e trinta e quatro mil reais), com prazo de duração de 1 (um) ano	Aprovações	1.520.253.592	98,21%
	Rejeições	0	0,00%
	Abstenções, votos em branco e nulos	27.658.558	1,79%
Deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, conforme Proposta da Administração	Aprovações	1.519.167.538	98,14%
	Rejeições	1.086.054	0,07%
	Abstenções, votos em branco e nulos	27.658.558	1,79%
Fixar o número de assentos no Conselho de Administração para o próximo mandato e a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia Proposta: 12 (doze) membros efetivos e 9 (nove) membros suplentes, sendo 3 (três) conselheiros independentes	Aprovações	1.457.573.799	94,16%
	Rejeições	62.679.793	4,05%
	Abstenções, votos em branco e nulos	27.658.558	1,79%



DUCE SP
 24 04 18



Eleição dos
 candidatos ao
 Conselho de
 Administração (pelo
 voto majoritário)

Luiz Carlos Cavalcanti Júnior (Efetivo) / Paula Soares Traldi (Suplente)	Aprovações	944.756.626	61,03%
	Rejeições	391.186.512	25,27%
	Abstenções, votos em branco e nulos	211.969.012	13,69%
Ricardo Coutinho de Sena (Efetivo) / José Henrique Braga Polido Lopes (Suplente)	Aprovações	1.153.960.753	74,55%
	Rejeições	190.573.847	12,31%
	Abstenções, votos em branco e nulos	203.377.550	13,14%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'anna (Efetivo) / Eduarda Penido Dalla Vecchia (Suplente)	Aprovações	1.249.475.376	80,72%
	Rejeições	95.370.597	6,16%
	Abstenções, votos em branco e nulos	203.066.177	13,12%
Paulo Roberto Reckziegel Guedes (Efetivo) / Tarcísio Augusto Carneiro (Suplente)	Aprovações	956.953.687	61,82%
	Rejeições	387.892.286	25,06%
	Abstenções, votos em branco e nulos	203.066.177	13,12%
Ana Dolores Moura Carneiro Novaes (Efetivo) / Eduardo Penido Sant'anna (Suplente)	Aprovações	945.819.211	61,10%
	Rejeições	388.416.512	25,09%
	Abstenções, votos em branco e nulos	213.676.427	13,80%
Formação Luiz Aguiar Filho (Efetivo) / Susana Amaral Silveira Chulam (Suplente)	Aprovações	964.177.912	62,29%
	Rejeições	371.765.226	24,02%
	Abstenções, votos em branco e nulos	211.969.012	13,69%
Henrique Sutton de Sousa Neves	Aprovações	964.543.738	62,31%

CARTÓRIO DO 1º Tabelião de Notas
 A. C. Lacerda
 Tabelião de Notas
 (Eduarda Penido Dalla Vecchia)
 AUTENTICAÇÃO
 11 MAR 2018
 11 MAR 2018



DUCE SP
24 04 18



(Efetivo) / Rosa Evangelina Perido Dalla Vecchia (Suplente)	Rejeições	371.399.400	23,99%
	Abstenções, votos em branco e nulos	211.969.012	13,69%
Flavio Mendes Aidar (Efetivo) / Livio Hagime Kuze (Suplente)	Aprovações	945.840.495	61,10%
	Rejeições	390.102.643	25,20%
	Abstenções, votos em branco e nulos	211.969.012	13,69%
Renato Torres de Faria (Efetivo) / Paulo Márcio de Oliveira Monteiro (Suplente)	Aprovações	964.177.912	62,29%
	Rejeições	371.765.226	24,02%
	Abstenções, votos em branco e nulos	211.969.012	13,69%
Luiz Alberto Colonna Rosman (Independente)	Aprovações	1.344.845.973	86,88%
	Rejeições	0	0,00%
	Abstenções, votos em branco e nulos	203.066.177	13,12%
Wilson Nélío Brumer (Independente)	Aprovações	1.344.845.973	86,88%
	Rejeições	0	0,00%
	Abstenções, votos em branco e nulos	203.066.177	13,12%
Leonardo Porciúncula Gomes Pereira (Independente)	Aprovações	1.344.845.973	86,88%
	Rejeições	0	0,00%
	Abstenções, votos em branco e nulos	203.066.177	13,12%
Nomeação do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração	Aprovações	1.389.157.195	89,74%
	Rejeições	130.785.024	8,45%



Proposta: Ana Maria Marcondes Penido Sant'anna (Presidente) / Ricardo Coutinho de Sena (Vice-Presidente)		Abstenções, votos em branco e nulos	27.969.931	1,81%
Eleição de candidatos ao Conselho Fiscal (pelo voto em separado)	Maria Cecília Rossi (Efetivo) / Alexandre Cardoso Freitas (Suplente)		5.775.070	100,00%
Eleição dos candidatos ao Conselho Fiscal (pelo voto majoritário)	Bruno Gonçalves Siqueira (Efetivo) / Fernando Santos Salles (Suplente)	Aprovações	1.434.590.509	93,03%
		Rejeições	79.164.113	5,13%
		Abstenções, votos em branco e nulos	28.382.458	1,84%
	Piedade Mota da Fonseca (Efetivo) / Eraldo Soares Peçanha (Suplente)	Aprovações	1.510.646.220	97,96%
		Rejeições	3.108.402	0,20%
		Abstenções, votos em branco e nulos	28.382.458	1,84%
	Adalgiso Fragoso Faria (Efetivo) / Luciano Mestrich Motta (Suplente)	Aprovações	512.162.037	33,21%
		Rejeições	79.226.452	5,14%
		Abstenções, votos em branco e nulos	950.748.591	61,65%
Aprovação do Regimento Interno do Conselho Fiscal da Companhia, conforme previsto no artigo 21, §2º, do Estatuto Social da Companhia		Aprovações	1.520.253.592	98,21%
		Rejeições	0	0,00%
		Abstenções, votos em branco e nulos	27.658.558	1,79%
Deliberar sobre a remuneração anual e global para os administradores no exercício social de 2018, no valor de até R\$71.000.000,00, no caso de cumprimento integral das metas fixadas (100%), podendo chegar a até R\$82.000.000,00 no caso de superação de 200% das referidas metas, incluindo salário/pro labore, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social, reconhecida pelo resultado da Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a		Aprovações	1.105.767.054	71,44%
		Rejeições	411.558.138	26,59%
		Abstenções, votos em branco e nulos	30.586.958	1,98%



DUCEAP
24 04 18



concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA			
Remuneração dos membros do Conselho Fiscal	Aprovações	1.519.778.892	98,18%
Proposta: 10% (dez por cento) da remuneração média de Diretor da Companhia (não computados benefícios, verbas de representação e participações nos lucros)	Rejeições	0	0,00%
	Abstenções, votos em branco e nulos	28.133.258	1,82%
Deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia em razão da adequação às novas regras do novo Regulamento do Novo Mercado da B3, vigente a partir de 02 de janeiro de 2018;	Aprovações	1.547.912.150	100,00%
	Rejeições	0	0,00%
	Abstenções, votos em branco e nulos	0	0,00%
Deliberar sobre a alteração dos Artigos 13, 14 e 21, parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia em razão de alterações no prazo de reuniões periódicas e de competências e valores de alçada do Conselho de Administração da Companhia, bem como da competência para aprovação do regimento interno do Conselho Fiscal;	Aprovações	1.547.912.150	100,00%
	Rejeições	0	0,00%
	Abstenções, votos em branco e nulos	0	0,00%
Deliberar sobre a inclusão no Estatuto Social da Companhia de cláusula que preveja a obrigação de lançamento de oferta pública de aquisição de ações por atingimento de participação relevante na Companhia, na forma do novo Artigo 27 do Estatuto Social da Companhia; e	Aprovações	1.105.524.237	71,42%
	Rejeições	442.387.913	28,58%
	Abstenções, votos em branco e nulos	0	0,00%
Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia.	Aprovações	1.547.912.150	100,00%
	Rejeições	0	0,00%
	Abstenções, votos em branco e nulos	0	0,00%

CARTÓRIO DO 1º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Carlos de Azevedo, 1555
Jardim Paulista - São Paulo - SP - 05058-5100
AUTENTICAÇÃO - Autenticada a Presença
cópia registrada extraída conforme
original representado, dou fé.
S. Paulo, 17 MAIO 2018

Cláudio Orzechowski
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE JUSTIÇA - RJ 550



DUCE SP
24 04 18



CCR S.A.
CNPJ/MF nº 02.846.056/0001-97
NIRE nº 35.300.158.334
Companhia Aberta

ANEXO II

ESTATUTO SOCIAL ALTERADO E CONSOLIDADO
conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
realizada em 16 de abril de 2018

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E PRAZO

Artigo 1º – A CCR S.A. é uma sociedade anônima, regida por este Estatuto Social e pelas leis aplicáveis.

Artigo 2º – Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado ("Novo Mercado"), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado").

Artigo 3º – As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias em casos de conflito.

Artigo 4º – Companhia tem sua sede social e domicílio legal na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar, podendo abrir, manter e fechar filiais, escritórios e agências em todo o território nacional e no exterior, mediante decisão do seu Conselho de Administração.

Artigo 5º – A Companhia tem por objeto social:

- (i) a exploração no Brasil e/ou no exterior, direta ou indiretamente, e/ou através de consórcios, de negócios de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis e infraestruturas metroviárias e aeroportuárias;
- (ii) a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionados aos negócios indicados no item (i) acima.



- (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive importação e exportação; e
- (iv) a participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista.

Artigo 6º – A Companhia é constituída por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 7º – O capital social da Companhia é de R\$6.126.100.230,54 (seis bilhões, cento e vinte e seis milhões, cem mil, duzentos e trinta reais e cinquenta e quatro centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 2.020.000.000 (dois bilhões e vinte milhões) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§1º – Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral de acionistas.

§2º – As ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito, em instituição depositária, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.

§3º – O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações custodiadas, poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de custódia.

§4º – A Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Artigo 8º – O capital social da Companhia poderá ser aumentado para até 2.020.000.000 (dois bilhões e vinte milhões) de ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço da emissão e as demais condições da respectiva subscrição e integralização.

§1º – O limite do capital autorizado deverá ser revisto pelos acionistas a cada Assembleia Geral Ordinária ou excepcionalmente em Assembleia Geral Extraordinária.

§2º – A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência ou com redução do prazo de exercício pelos antigos acionistas, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa de valores ou subscrição pública, (ii) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais.



§3º - A Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, dentro do limite do capital autorizado, de acordo com o plano de outorga de opções que venha a ser aprovado pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Artigo 9º - A Assembleia Geral de acionistas reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano, para os fins previstos em lei, e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem, observadas as previsões legais e estatutárias.

§1º - A Assembleia Geral dos acionistas será convocada pelo Conselho de Administração ou de acordo com a lei, e será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por outro membro do Conselho que estiver presente e vier a ser escolhido pelos acionistas. O presidente da Assembleia Geral indicará o secretário da reunião.

§2º - A primeira convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com 15 (quinze) dias de antecedência, no mínimo, contando o prazo da publicação do primeiro anúncio; não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

§3º - Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar, além do documento de identidade, comprovante expedido pela instituição depositária, até 2 (dois) dias de antecedência da respectiva Assembleia Geral.

§4º - Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos referidos no §3º acima, até o momento da abertura dos trabalhos em Assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Artigo 10 - Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, é da competência da Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) solicitação de recuperação judicial ou pedido de aut falência pela Companhia e/ou decisão sobre a forma de exercício do seu direito de voto em Assembleias Gerais de suas sociedades controladas ("Controladas")





- que trate de solicitação de recuperação judicial ou pedido de autotalência pelas Controladas;
- (ii) dissolução ou liquidação da Companhia e/ou decisão sobre a forma de exercício do seu direito de voto em Assembleias Gerais de suas Controladas que trate de dissolução ou liquidação das Controladas;
 - (iii) alteração do limite do capital autorizado ou aumentos do capital social acima do limite do capital autorizado;
 - (iv) redução do capital social da Companhia e/ou resgate de ações com ou sem redução do capital social;
 - (v) emissão de debêntures e outros títulos/valores mobiliários conversíveis em ações;
 - (vi) modificação do objeto social e/ou quaisquer alterações deste Estatuto Social;
 - (vii) cisão, fusão ou incorporação da Companhia;
 - (viii) fixação da política de dividendos da Companhia e sua alteração;
 - (ix) cancelamento do registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), quando tal iniciativa for da Companhia; e
 - (x) saída do Novo Mercado da B3, quando tal iniciativa for da Companhia.

CAPÍTULO IV – ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 11 – A Companhia será administrada e gerida por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Parágrafo Único – A remuneração dos administradores será fixada pela Assembleia Geral. A Assembleia Geral poderá fixar uma verba global para os administradores, caso em que caberá ao Conselho de Administração deliberar a respeito de sua distribuição entre seus membros e a Diretoria.

Artigo 12 – O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 8 (oito) e, no máximo, 15 (quinze) membros efetivos e igual número de respectivos suplentes. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral para um mandato unificado de 01 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

§1º – Na Assembleia Geral Ordinária, os acionistas deverão deliberar qual o número efetivo de membros do Conselho de Administração a serem eleitos nessa Assembleia.

§2º – Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme



15
Otavio Orzechowski
CREVENTE A JICA ZALO
CONTRIB PI VERBA - RS 100



DUCE SP
24 04 18



definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo art. 141, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, na hipótese de haver acionista controlador.

§3º - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

§4º - A posse dos membros do Conselho de Administração estará condicionada à prévia assinatura de termo lavrado em livro próprio (que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 32, abaixo), sendo dispensada qualquer garantia da gestão, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Os membros do Conselho de Administração deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam empossados seus substitutos ou assumam os seus respectivos suplentes, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral de acionistas.

§5º - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão nomeados pela Assembleia Geral.

§6º - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

§7º - No caso da ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, o respectivo suplente assumirá as funções durante a ausência ou impedimento temporário. Na hipótese de vacância de qualquer dos cargos de membro do Conselho de Administração, um novo membro e respectivo suplente serão eleitos pela Assembleia Geral. Para os fins deste artigo, ocorrerá a vacância de um cargo de membro do Conselho de Administração quando ocorrer a destituição, renúncia, morte, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, de qualquer dos membros efetivos do Conselho de Administração.

§8º - Em caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas funções serão exercidas interinamente pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. Em caso de ausência ou impedimento temporário de ambos, o Presidente do Conselho de Administração indicará, dentre os demais membros efetivos, aquele que exercerá suas funções interinamente. Sendo assim, os



respectivos membros suplentes do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração atuarão como membros do Conselho de Administração e não terão as funções atribuídas à Presidência e/ou Vice-Presidência do Conselho de Administração.

Artigo 13 – O Conselho de Administração reunir-se-á mensalmente na sede da Companhia, em caráter ordinário, e, em caráter extraordinário, quando necessário aos interesses sociais, sempre que convocado por escrito por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, devendo constar da convocação a data, horário e os assuntos que constarão da ordem do dia da reunião.

§1º – As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, 08 (oito) dos membros em exercício da Companhia e, em segunda convocação, com a maioria simples dos membros em exercício.

§2º – Estando presentes à reunião todos os membros do Conselho de Administração, estes poderão, se assim o desejarem, dispensar o aviso de convocação prévia, bem como acrescentar outros assuntos à ordem do dia proposta.

§3º – Cada membro do Conselho de Administração em exercício terá direito a 01 (um) voto nas reuniões do Conselho de Administração, seja pessoalmente ou representado por um de seus pares, assim entendidos quaisquer dos demais membros efetivos ou suplentes do Conselho de Administração, mediante apresentação de procuração específica para a reunião em pauta, incluindo o voto do membro do Conselho de Administração ausente e sua justificativa. Serão considerados válidos os votos dos membros do Conselho de Administração que tenham sido enviados, por escrito, antes da reunião do Conselho de Administração.

§4º – As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. O secretário da reunião será nomeado pelo presidente da respectiva reunião.

§5º – Observada a regra contida no §1º do Artigo 14 abaixo, as matérias e deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração serão válidas se tiverem voto favorável da maioria dos membros presentes e serão lavradas em atas e registradas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e, sempre que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, seus extratos serão arquivados no registro do comércio e publicados. ✓



§6º - Os membros suplentes do Conselho de Administração poderão participar das reuniões a convite do membro efetivo, mas não terão direito a voto ou de consignar manifestações nas atas de reunião.

§7º - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia, salvo quando a participação de membros externos for autorizada pela maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração.

Artigo 14 - Compete ao Conselho de Administração da Companhia a orientação geral dos negócios sociais, cabendo-lhe:

- (i) Eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar as suas atribuições, observado o que a respeito dispuser este Estatuto e a lei;
- (ii) Aprovar os seguintes documentos organizacionais do Grupo CCR, bem como suas alterações: (i) o Regimento Interno ou Atos Regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa; (ii) o Código de Conduta Ética da Companhia; (iii) o Manual de Governança da Companhia, assim como, mas não limitados a esses; (iv) a Política de Remuneração; (v) o Plano de Previdência Privada; (vi) a Política sobre Assuntos Jurídicos; (vii) a Política Financeira, inclusive sobre seguros e relacionamento com acionistas e mercado de capitais; (viii) a Política de Comunicação Social; (ix) a Política de Transações com Partes Relacionadas; (x) as formas de avaliação das Controladas e da Companhia; (xi) os relatórios de acompanhamento dos Planos de Negócios das Controladas e da Companhia; (xii) Política de Gerenciamento de Riscos; (xiii) Política de Indicação de Administradores, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; (xiv) Política de Divulgação, Uso de Informações e Negociação de Valores Mobiliários; e (xv) Política da Empresa Limpa, observado o que a respeito dispuser este Estatuto e a lei;
- (iii) Acompanhar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- (iv) Convocar a Assembleia Geral dos acionistas, sempre que necessário ou exigido por lei;



- (v) Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria, bem como as demonstrações financeiras anuais e intermediárias da Companhia;
- (vi) Decidir sobre: (a) a emissão, pela Companhia, de ações dentro do limite do capital autorizado e propor a emissão de ações em limite superior ao do capital autorizado ou de outros valores mobiliários conversíveis em ações; e (b) a emissão, pela Companhia, de outros valores mobiliários e/ou títulos de dívida para distribuição pública, incluindo, sem limitação, a emissão de nota promissória para oferta pública de distribuição;
- (vii) Aprovar a abertura ou o fechamento de escritórios, estabelecimentos, agências ou filiais da Companhia;
- (viii) Examinar e opinar sobre qualquer assunto relativo às atividades da Companhia, que possa vir a afetá-la;
- (ix) Nomear ou destituir os auditores independentes, bem como homologar o plano de auditoria interna;
- (x) Examinar, opinar e propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos;
- (xi) Orientar a Diretoria na condução geral dos negócios das Controladas, sendo consultado previamente à tomada de decisão, pela Diretoria, em assuntos relacionados às Controladas cujas matérias constem deste artigo 14, incisos (vi), (ix), (xiii), (xiv), (xv), (xvi), (xvii), (xviii), (xix), (xx), (xxi), (xxii) e (xxx);
- (xii) Aprovar o Plano de Negócios proposto pela Diretoria, que consiste no planejamento estratégico quinquenal da Companhia, que engloba, mas não se limita aos objetivos e estratégias para os negócios atuais e futuros da Companhia e das Controladas, seus respectivos orçamentos, planos e investimentos, planejamentos de usos e fontes de recursos, a identificação dos principais responsáveis, os fatores críticos e outros aspectos necessários ao direcionamento das operações da Companhia e das Controladas, bem como eventuais modificações;
- (xiii) Aprovar a assinatura ou rescisão, pela Companhia e/ou pelas suas Controladas, de contratos de concessão relacionados aos seus objetos sociais, bem como a aprovação de alterações em tais contratos, quando essas alterações incidirem sobre (a) alterações no equilíbrio econômico-



financeiro desses contratos, (b) criação ou modificação de obrigações de investimentos, (c) alterações de tarifas, (d) prestação de garantias e/ou pagamento de penalidades ao poder concedente, e/ou (e) modificação do prazo desses contratos;

- (xiv) Aprovar a participação da Companhia, ou de suas Controladas, em licitações envolvendo concessões, bem como a aquisição, pela Companhia, ou por suas Controladas, de participação total ou parcial em outras sociedades, ou, ainda, a constituição de outras pessoas jurídicas;
- (xv) Aprovar a: (a) tomada de empréstimos em valores acima de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); (b) concessão de empréstimos em valores acima de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto nos casos de concessão de empréstimos em benefícios de terceiros, cuja aprovação é necessária para qualquer valor; (c) obtenção de financiamentos, em valores acima de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); (d) outorga de garantias de qualquer natureza, exceto de suas Controladas previsto no item (xvi) abaixo; e/ou (e) a aprovação de qualquer ato que implique o endividamento de qualquer da Companhia ou de suas Controladas em valores acima de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (xvi) Aprovar a prestação de garantias pela Companhia de valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em operações de suas Controladas, mesmo que a prestação de garantias esteja expressamente prevista no Plano de Negócios;
- (xvii) aprovar a celebração de contratos envolvendo a alienação de bens do ativo permanente da Companhia em valores acima de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), incluindo participações detidas em outras sociedades e aprovar plano de alienação de bens do ativo permanente a ser implementado pela Diretoria, quando esses bens tiverem valor inferior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (xviii) Aprovar a celebração de contratos (incluindo seus aditivos), em valores acima de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto aditivos de prorrogação de prazo contratual, entre a Companhia ou suas Controladas e qualquer de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus controladores, observada a Política de Transações com Partes Relacionadas, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a



elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e a sua adequação às condições e práticas de mercado (*arms' length*);

- (xix) Aprovar a celebração de contratos (incluindo seus aditivos), exceto aditivos de prorrogação de prazo contratual, observada a Política de Transações com Partes Relacionadas entre a Companhia e sociedades das quais a Companhia seja acionista ou quotista, em valores acima de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (xx) Aprovar a propositura de ações judiciais ou instauração de procedimento arbitral envolvendo os poderes concedentes relacionados aos contratos de concessão celebrados pela Companhia e/ou por suas Controladas;
- (xxi) Aprovar a realização de investimentos e despesas de capital não previstos no Plano de Negócios;
- (xxii) Aprovar as alterações significativas no modelo de gestão e/ou na estrutura organizacional da Companhia e/ou de suas Controladas;
- (xxiii) Aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- (xxiv) Aprovar a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- (xxv) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (c) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado;



- (xxvi) Acompanhar o cumprimento dos parâmetros de riscos definidos na Política de Gerenciamento de Riscos;
- (xxvii) Analisar mensalmente o acompanhamento econômico-financeiro do Grupo CCR, assim como, trimestralmente, o ITR enviado à CVM;
- (xxviii) Indicar os membros que irão compor os Comitês definidos pelo Regimento Interno;
- (xxix) Aprovar anualmente o *Global Reporting Initiative* (GRI) da Companhia; e
- (xxx) Aprovar a abertura de capital das Controladas da Companhia.

§1º – A aprovação de novos contratos referida no item (xviii) acima será válida se tiver voto de 75% (setenta e cinco por cento) dos membros presentes e não conflitados na respectiva Reunião do Conselho de Administração. Os fundamentos dos membros do Conselho de Administração que votarem contra referida aprovação deverão constar da ata de Reunião do Conselho de Administração de maneira precisa e completa.

§2º – Os valores definidos nos itens (xv) a (xix) acima serão atualizados anualmente em abril pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou índice equivalente que vier a substituí-lo, sendo que a cada R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), o valor será arredondado para cima ou para baixo.

Artigo 15 – A administração corrente da Companhia caberá a uma Diretoria, composta por, no mínimo, 04 (quatro) e, no máximo, 11 (onze) Diretores, que deverão residir no País. Exceto para o Diretor Presidente, os demais Diretores terão a designação e competência estabelecida pelo Conselho de Administração.

§1º – Os Diretores serão eleitos para um período de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

§2º – A posse dos membros da Diretoria estará condicionada à prévia assinatura de termo de posse lavrado no livro próprio (que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 32, abaixo), bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e permanecerão no cargo até que seus sucessores tomem posse.

Artigo 16 – Os Diretores terão plenos poderes para administrar e gerir os negócios da Companhia, de acordo com as suas atribuições e sujeitos ao cumprimento das



exigências estabelecidas em lei, neste Estatuto Social, no Regimento Interno da Companhia e nas suas políticas, quando aprovadas pelo Conselho de Administração.

§1º - Na ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente pelo Diretor a ser designado pelo Conselho de Administração. Na ausência ou impedimento temporário de qualquer outro Diretor, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente pelo Diretor Presidente.

§2º - No caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria, o Conselho de Administração deverá, na primeira reunião realizada posteriormente, preencher o cargo vago. No caso de vacância do cargo de Diretor Presidente, o Conselho de Administração deverá, necessariamente, reunir-se no prazo máximo de 15 (quinze) dias após tal evento para escolher o substituto. Para os fins deste artigo, o cargo de qualquer Diretor será considerado vago se ocorrer a destituição, renúncia, morte, incapacidade comprovada, impedimento ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

Artigo 17 - Exceto conforme disposto no artigo 18 deste Estatuto, a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, será sempre exercida por, pelo menos, 02 (dois) Diretores em conjunto, ou por um Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais e específicos, ou por 02 (dois) procuradores com poderes especiais e específicos.

§1º - Os instrumentos de mandato serão sempre assinados por 02 (dois) Diretores da Companhia e não poderão ter prazo superior a 01 (um) ano, salvo aqueles para fins judiciais, que poderão ser por prazo indeterminado. Os instrumentos de mandato deverão conter uma descrição pormenorizada dos poderes outorgados aos procuradores da Companhia.

§2º - O limite de prazo disposto no Parágrafo Primeiro supra não se aplica às procurações outorgadas pela Companhia, necessárias à consecução de contratos de financiamento firmados pela Companhia ou suas Controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e à Caixa Econômica Federal - CEF. Nesse caso, as procurações que vierem a ser outorgadas deverão permanecer vigentes até o total cumprimento das obrigações previstas em tais financiamentos.

Artigo 18 - A Companhia poderá ser representada por 01 (um) Diretor ou por 01 (um) procurador, com poderes específicos e especiais, agindo isoladamente nas seguintes circunstâncias: (i) em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais,



estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista; (ii) na cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; (iii) na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros; (iv) no endosso de instrumentos destinados à cobrança ou depósito em nome da Companhia; (v) na representação da Companhia nas Assembleias Gerais de suas Controladas e demais sociedades em que tenha participação acionária; e (vi) na representação da Companhia em juízo.

Artigo 19 – A Diretoria funcionará de forma colegiada, devendo reunir-se, no mínimo, 01 (uma) vez por mês ou sempre que seja convocada por qualquer dos Diretores. As atas das reuniões serão lavradas no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria.

§1º – Compete privativamente ao Diretor Presidente: (a) presidir as reuniões de Diretoria; (b) representar a Companhia nos atos de representação singular, podendo designar outro Diretor ou procurador para tal função; (c) coordenar e orientar a atividade de todos os demais Diretores, nas suas respectivas áreas de competência; (d) atribuir a qualquer dos Diretores atividades e tarefas especiais, independentemente daquelas que lhes couberem ordinariamente; e (e) zelar pela execução das deliberações da Assembleia Geral, Conselho de Administração e da própria Diretoria.

§2º – A presença da maioria dos Diretores constituirá quorum para instalação e deliberação nas suas reuniões. Cada Diretor terá direito a um voto nas reuniões da Diretoria e, havendo empate na votação, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 20 – Os atos de qualquer acionista, membro do Conselho de Administração, Diretor, empregado ou procurador que envolvam a Companhia em qualquer obrigação relativa a negócios ou operações fora do escopo previsto no objeto social, bem como a prestação de garantias ou contragarantias em favor de suas Controladas pela Companhia – tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias – são expressamente proibidos e serão considerados nulos, sem efeito e inválidos com relação à Companhia, salvo se especificamente autorizado pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO V – CONSELHO FISCAL

Artigo 21 – A Companhia terá um Conselho Fiscal com as atribuições estabelecidas em lei, e será constituído por 03 (três) membros e igual número de suplentes.

§1º – O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante convocação dos acionistas, de acordo com as disposições legais.



§2º – Caberá ao Conselho Fiscal, sempre que instalado, aprovar um regimento interno, que estabelecerá as regras gerais relativas a seu funcionamento, estrutura, organização e atividades.

§3º – A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia assinatura de termo de posse lavrado no livro próprio (que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 32, abaixo), bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e permanecerão no cargo até que seus sucessores tomem posse.

CAPÍTULO VI – EXERCÍCIO FISCAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 22 – O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, serão levantadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo, a serem apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral dos acionistas.

Parágrafo Único – A Companhia levantará balanços intermediários, observando as disposições legais aplicáveis.

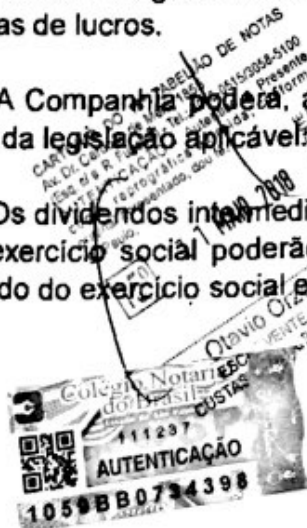
Artigo 23 – O lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta apresentada pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal, se em funcionamento.

§1º – Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, conforme alterado.

§2º – A Companhia poderá declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários, á conta de (i) lucros apurados nos balanços intermediários, previstos no Parágrafo Único do Artigo 22 acima, (ii) lucros acumulados ou (iii) de reservas de lucros.

§3º – A Companhia poderá, ainda, pagar juros sobre o capital próprio, na forma e limites da legislação aplicável.

§4º – Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos.



§5º – Todo o lucro líquido não destinado, na forma da lei, à reserva legal, à reserva para contingências, à retenção de lucros previstos em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral de acionistas ou à reserva de lucros a realizar deverá ser distribuído como dividendos.

Artigo 24 – Os dividendos distribuídos e não reclamados no prazo de 03 (três) anos reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII – LIQUIDAÇÃO

Artigo 25 – A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral de acionistas nomear o liquidante e fixar os honorários correspondentes.

Parágrafo Único – Durante o período de liquidação, o Conselho Fiscal será instalado mediante solicitação dos acionistas, conforme previsto em lei.

CAPÍTULO VIII – ALIENAÇÃO DO PODER DE CONTROLE DA COMPANHIA

Artigo 26 – A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

CAPÍTULO IX – AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO RELEVANTE NA COMPANHIA

Artigo 27 – Qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior) ou Grupo de Acionistas, que adquira ou se torne titular, de forma direta ou indireta, por meio de uma única operação ou por operações sucessivas, de ações de emissão da Companhia (ou Outros Direitos de Natureza Societária) em quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações de emissão da Companhia deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, efetivar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma oferta pública de



aquisição de ações da totalidade das ações de emissão da Companhia, de forma a assegurar o tratamento igualitário aos demais acionistas da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, B3 e os termos deste Artigo.

§1º - Para os fins deste Artigo 27, o preço por ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao valor do preço por ação mais alto pago pelo adquirente da participação referida no *caput* deste Artigo 27, durante os 06 (seis) meses que antecederam o atingimento da participação referida no *caput*;

§2º - A oferta pública de aquisição deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo Primeiro deste Artigo 27; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição, na oferta pública de aquisição, de ações de emissão da Companhia.

§3º - O adquirente deverá divulgar a demonstração justificada do valor a ser pago por ação ou lote de ações de emissão da Companhia na oferta pública de aquisição de ações.

§4º - A obrigação de realização da oferta pública de aquisição de ações nos termos deste Artigo 27 não se aplica:

(i) caso a aquisição de ações de emissão da Companhia ou o atingimento de participação societária na Companhia decorra de realização de oferta pública de aquisição de ações que tenha tido por objeto todas as ações de emissão da Companhia ou de realização da oferta pública de aquisição de ações nos termos previstos na legislação, na regulamentação sobre aquisição de controle mediante oferta pública;

(ii) nos casos envolvendo operações societárias de fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia;

(iii) no caso de atingimento involuntário da participação prevista no *caput* deste Artigo 27 (por exemplo, acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações), ou de sucessão hereditária;

(iv) no caso de aquisição, via aumento de capital privado ou subscrição de ações realizada em oferta primária por quem tenha direito de preferência ou ainda, no caso de aquisição, via aumento de capital privado ou subscrição de ações realizada em oferta primária, em razão de o montante não ter sido integralmente



DUCE SP
24 04 18



subscrito por quem tenha o direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição;

(v) no caso de alienação do Poder de Controle, conforme previsto no Capítulo VIII do Estatuto Social da Companhia, quando caberá a oferta pública de aquisição por alienação do Poder de Controle; e

(vi) nos casos de ofertas públicas de distribuição de ações (incluindo ofertas públicas de esforços restritos).

§5º - A oferta pública de aquisição de ações poderá ser dispensada em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, sendo excluídos os votos do adquirente da participação referida no *caput* deste Artigo 27.

§6º - A realização da oferta pública de aquisição mencionada neste Artigo 27 não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma oferta pública de aquisição concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

§7º - Para os fins do disposto neste Artigo 27, os seguintes termos terão os significados a seguir definidos:

"Grupo de Acionistas" significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladores ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; ou (iv) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (a) uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da outra pessoa; e (b) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital de cada uma das duas pessoas. Quaisquer joint-ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, "trusts", condomínios, cooperativas, consórcios, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que duas ou mais entre tais entidades forem: (y) administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (z) tenham em comum a maioria de seus administradores, sendo certo que, no caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como integrantes de um Grupo de Acionistas aqueles cuja decisão sobre o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário.



"Outros Direitos de Natureza Societária" significa (i) usufruto ou fideicomisso sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) opções de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; ou (iii) qualquer outro direito que lhe assegure, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia.

CAPÍTULO X – CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

Artigo 28 – Sem prejuízo das disposições legais e regulamentares, o cancelamento de registro da Companhia como companhia aberta perante a CVM deverá ser precedido de oferta pública de aquisição de ações feita pelo acionista ou grupo de acionistas que detiver o Poder de Controle ou pela Companhia ("Ofertante") e o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor justo apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos do parágrafo 1º deste Artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§1º – O laudo de avaliação referido no *caput* deste artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e/ou do(s) acionista(s) controlador(es), além de satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º desse mesmo artigo. Os custos incorridos com a elaboração do laudo serão arcados pelo Ofertante.

§2º – Obedecidos os demais termos do Regulamento do Novo Mercado, deste Estatuto Social e da legislação vigente, a oferta pública para cancelamento de registro poderá prever permuta por valores mobiliários de outras companhias abertas.

CAPÍTULO XI – SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 29 – A saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3, caso seja precedida de oferta pública de aquisição que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta.

Artigo 30 – A oferta pública de aquisição mencionada no Artigo 29 acima, deve observar os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, portanto, o pedido de nova avaliação da companhia, na forma estabelecida na legislação societária; e (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação, ou percentual maior definido no estatuto social, deverão aceitar a



oferta pública de aquisição ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

§1º - Para os fins deste Artigo 30, consideram-se ações em circulação apenas as ações cujos titulares concordem expressamente com a saída do Novo Mercado ou se habilitem para o leilão de oferta pública de aquisição, na forma da regulamentação editada pela CVM aplicável às ofertas públicas de aquisição de ações de companhia aberta para cancelamento de registro.

§2º - Atingido o quórum previsto no caput deste Artigo 30: (i) os aceitantes da oferta pública de aquisição não podem ser submetidos a rateio na alienação de sua participação, observados os procedimentos de dispensa dos limites previstos na regulamentação editada pela CVM aplicável a ofertas públicas de aquisição de ações; e (ii) o ofertante ficará obrigado a adquirir as ações em circulação remanescentes, pelo prazo de 1 (um) mês, contado da data da realização do leilão, pelo preço final do leilão de oferta pública de aquisição, atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do edital e da legislação e da regulamentação em vigor, que deve ocorrer em, no máximo, 15 (quinze) dias contados da data do exercício da faculdade pelo acionista.

Artigo 31 - A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização da oferta pública de aquisição mencionada no Artigo 29 na hipótese de dispensa aprovada em assembleia geral.

§1º - A assembleia geral referida no caput deste Artigo 31 deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação.

§2º - Caso o quórum do §1º deste Artigo 31 não seja atingido, a assembleia geral poderá ser instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação.

§3º - A deliberação sobre a dispensa de realização da oferta pública de aquisição deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na assembleia geral.

CAPÍTULO XII - JUÍZO ARBITRAL

Artigo 32 - A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes (se houver), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu



65
DUCE SP
24 04 18



regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385 de 7 de dezembro de 1976 (conforme alterada), na Lei das Sociedades Anônimas, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado.

* * *



JUCESP
04 05 18



JUCESP PROTOCOLO
0.397.236/18-9



CCR S.A.

C.N.P.J. Nº 02.846.056/0001-97

N.I.R.F. Nº 35.300.158.334

COMPANHIA ABERTA

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2018.**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Aos 26 dias de abril de 2018, às 10h30, na sede social da CCR S.A. ("Companhia"), na Avenida Chedid Jafet nº 222, bloco B, 5º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
2. **PRESENÇA:** Presente a totalidade dos membros eleitos do Conselho de Administração da Companhia.
3. **MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna e o Sr. Marcus Rodrigo de Senna, como secretário.
4. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a eleição de membros da Diretoria para ocupar respectivos cargos para o mandato 2018-2020.
5. **DELIBERAÇÕES:** Os Senhores Conselheiros, após debates e discussões com a Diretoria da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, conforme atribuição prevista no Artigo 14, inciso (i) do Estatuto Social da Companhia, deliberaram aprovar a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia, para o mandato de 2 (dois) anos, a saber: (1) para ocupar o cargo de **DIRETOR PRESIDENTE**, Sr. **RENATO ALVES VALE**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº M-977-268 SSP/MG e inscrito no CPF/MF nº 138.054.446-72; (2) para ocupar o cargo de **DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE NEGÓCIOS**, Sr. **ITALO ROPPA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 39.541.382-5-SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 404.189.877-34; (3) para ocupar o cargo de **DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE NEGÓCIOS**, Sr. **JOSÉ BRAZ CIOFFI**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade nº 50.807.330-3 SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 497.932.926-87; (4) para ocupar o cargo de **DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**, Sr. **RICARDO ANTÔNIO MELLO CASTANHEIRA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº MG-1.190.558 SSP/MG e inscrito no CPF/MF nº 130.218.186-68; (5) para ocupar o cargo de **DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL**, Sr. **ANTÔNIO LINHARES DA CUNHA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso do Melo, 1853
(Esq. da R. Funchal) Tel. 3045-9515/3050-5100
AUTENTICAÇÃO Autentico a Presente
cópia reprográfica extraída, conforme
original, em 11 de maio de 2018, do fe
S. Paulo.

15º

11 MAIO 2018



Otávio Orzechowski
ESCREVENTE AUTENTICADOR

Página 1 de 3

67
JUCESP
04 05 18

CCR S.A.

C.N.P.J. Nº 02.846.056/0001-97

N.I.R.E. Nº 35.300.158.334

COMPANHIA ABERTA

bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº M-751.190 – SSP/MG e inscrito no CPF/MF nº 414.102.036-20; (6) para ocupar o cargo de **DIRETOR FINANCEIRO**, Sr. **ARTHUR PIOTTO FILHO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.599.667-4-SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 826.027.518-04; (7) para ocupar o cargo de **DIRETOR DE COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE**, o Sr. **FRANCISCO DE ASSIS NUNES BULHÕES**, brasileiro, divorciado, arquiteto, portador da Cédula de Identidade RG nº 06860597-1 - II-P/RJ e inscrito no CPF/MF sob nº 826.514.777-53; (8) para ocupar o cargo de **DIRETOR DE NEGÓCIOS**, Sr. **LEONARDO COUTO VIANNA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 57.691.434-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 156.835.756-72; (9) para ocupar o cargo de **DIRETOR JURÍDICO**, Sr. **MARCUS RODRIGO DE SENNA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 171.635 e inscrito no CPF/MF sob nº 517.890.356-00; (10) para ocupar o cargo de **DIRETOR DE PLANEJAMENTO, CONTROLE E RISCOS CORPORATIVOS**, Sr. **PAULO YUKIO FUKUZAKI**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.194.341-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 073.215.168-65, e (11) para ocupar o cargo de **DIRETOR DE NEGÓCIOS**, Sr. **RICARDO BISORDI DE OLIVEIRA LIMA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.789.409-5 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 085.277.488-51, todos domiciliados em São Paulo – SP, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar. Os conselheiros deliberaram a designação do Sr. **ARTHUR PIOTTO FILHO** para o cargo de **DIRETOR DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES** nos termos e condições previstos nas normas da Comissão de Valores Mobiliários. De acordo com as disposições contidas na Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, os conselheiros aprovaram, ainda, a designação do Diretor de Relação com Investidores como o responsável pela execução e acompanhamento das políticas de negociação de ações e divulgação de ato ou fato relevante da Companhia, conforme aprovada na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 02 de março de 2018, nos termos e condições previstas nas normas da Comissão de Valores Mobiliários. Os diretores reeleitos aceitaram suas nomeações, declarando ter conhecimento do art. 147 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores e, conseqüentemente, não se enquadram em qualquer das hipóteses de impedimento previstas no referido artigo que os obstem de exercer as funções de administradores da Companhia. Assim sendo, os diretores foram então

CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855
(Eq. C/ e R. Funchal) - Tel.: 3045-0515/3058-3166
AUTENTICAÇÃO - Autêntico e Presente
cópia reprográfica extraída, conforme
original apresentado, data de
S. Paulo (18-2018)

C. R. Redação de Documentos

15º

11 MAO 2018



Otavio Orzer

Página 2 de 3

JUCESP
04 05 18

CCR S.A.
C.N.P.J. Nº 02.846.056/0001-97
N.I.R.E. Nº 35.300.158.334
COMPANHIA ABERTA

investidos em seus cargos, após o cumprimento das formalidades legais, para o mandato que se encerrará na data da primeira Reunião do Conselho de Administração que vier a se realizar após a Assembleia Geral Ordinária do exercício de 2020. O Presidente da Mesa informou, ainda, que os diretores reeleitos apresentaram currículo bem como declaração, para arquivo na sede da Companhia, cumprindo as formalidades exigidas na Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002.

6. **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a ser tratado, a reunião foi encerrada, a ata lida, achada em ordem, aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 26 de abril de 2018. **Assinaturas:** Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna, Presidente da Mesa e Marcus Rodrigo de Senna, Secretário. **Conselheiros:** (1) Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna; (2) Ricardo Coutinho de Sena; (3) Ana Dolores Moura Carneiro de Novais; (4) Fernando Luiz Aguiar Filho; (5) Flávio Mendes Aidar; (6) Henrique Sutton de Sousa Neves; (7) Leonardo Porciúncula Gomes Pereira; (8) Luiz Carlos Cavalcanti Dutra Júnior; (9) Luiz Alberto Colonna Rosman; (10) Paulo Roberto Reckziegel Guedes; (11) Renato Torres de Faria; e (12) Wilson Nélio Brumer.

Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração nº. 25, às fls. 67 a 70.

Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna
Presidente da Mesa

Marcus Rodrigo de Senna
Secretário da Mesa

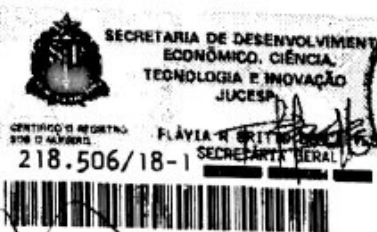
CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Mello, 1855
(Esq. da R. Funchal) - Tel.: 3045-0515/3058-5100
AUTENTICAÇÃO - Autenticar e Processar
cópia reprográfica
original apresentado, em
S. Paulo,



CCR - Reunião de Diretoria - 2018-2019

15/05/2018

Otavio Orzechowski
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA - R\$ 3,50



Página 3 de 3

Martins de Oliveira Advogados Associados LT

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROMOTOR DE
JUSTIÇA DA 10ª PROMOTORIA DO PATRIMONIO PÚBLICO E
SOCIAL - JOSÉ CARLOS GUILLEM BLAT.**

*Justiça
Autoriz. com
SLB 23/5/18*
JOSE CARLOS GUILLEM BLAT
10ª Promotor de Justiça do Patrimônio
Público e Social da Capital SP

GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO,

brasileiro, médico, casado, portador do RG nº 5.477.954-6, inscrito no CPF sob nº 549.149.068-72, domiciliado à Rua Jesuíno Arruda, nº 769, 1º andar, Itaim-Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, por seus advogados constituídos infra-assinados, conforme procuração ad-judicia em anexo (doc.1), vem, com o respeito devido a V. Excia., para expor e ao final requerer o seguinte.

Através do site eletrônico da Folha de S Paulo, conforme se vê da cópia anexa (doc.2), o Requerente tomou conhecimento de que essa digna Promotoria apura suposto caixa 2 de concessionária CCR para uma de suas campanhas eleitorais.

O Requerente salienta, nesta oportunidade, que não tem conhecimento de tais fatos, bem como desconhece a referida investigação

*Rua Fernandina da Veiga, 164 - 4º - Jd. Europa - São Paulo (S.P.)
Cp. 04336-000 - Tel. (11) 2516-2631 - m.mendes@mt.com.br*

[Handwritten signature]

Martins de Oliveira Advogados Associados LT

sobre essa suposta doação. Entretanto, informa que tem todo o interesse em colaborar com o bom andamento das investigações, de modo que necessita tomar conhecimento prévio do conteúdo deste procedimento investigatório, razão pela qual requer lhe seja assegurada vista dos autos, podendo inclusive copiar peças e tomar apontamentos, nos exatos termos da súmula vinculante 14 do Supremo Tribunal Federal c.c artigo 8.2. "b" e "c" do Pacto de San José da Costa Rica.

Termos em que,
P. deferimento.

São Paulo, em 22 de maio de 2018.


MARCELO MARTINS DE OLIVEIRA.

OAB/SP.81.138.


VERÔNICA ABDALLA STERMAN

OAB/SP 257.237


FÁBIO DE OLIVEIRA MACHADO.

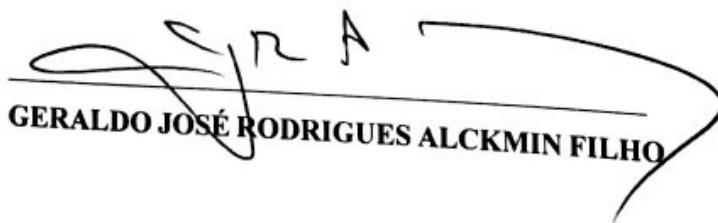
OAB/SP.253.519.

*Rua Jerônimo da Veiga, 164 - 4º. V. Europa - São Paulo (S.P.)
Cp. 14536-000 - Tel. (11) 3168 2031 - mmeado@mtl.com.br*

PROCURAÇÃO

GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO, brasileiro, médico, casado, portador do RG nº 5.477.954-6, inscrito no CPF sob nº 549.149.068-72, domiciliado à Rua Jesuíno Arruda, nº 769, 1º andar, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados **MARCELO MARTINS DE OLIVEIRA** (OAB/SP 81.138), **FÁBIO DE OLIVEIRA MACHADO** (OAB/SP 253.519), **CARMINO DE LÉO NETO** (OAB/SP 209.011), **TULLIO VICENTINI PAULINO** (OAB/SP 225.150), **ROSAMARIA PARDINI DE SÁ DOS SANTOS** (OAB/SP 72.016), **VERÔNICA ABDALLA STERMAN** (OAB/SP 257.237), **MARIA PAES BARRETO DE ARAUJO** (OAB/SP 345.833), **ANA CAROLINA FERREIRA MENEGON PEDUTI** (OAB/SP 267.989), **TAIS NEGRISOLI CAMARGO** (OAB/SP 323.755), **THALITA MARIA FELISBERTO DE SÁ** (OAB/SP 324.230), **ENICELMA APARECIDA FERNANDES** (OAB/SP 271.920) e **ANA PAULA SANTOS DE VASCONCELOS** (OAB/SP 273.767), com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, 164, 4.º andar, Itaim Bibi, CEP 04536-900, Telefone (11) 3589-0341, aos quais, agindo em conjunto ou separadamente, independentemente da ordem de nomeação, confere o outorgante os poderes "ad judicia" e de firmar compromissos, representando-o perante qualquer instância, Juízo ou Tribunal, repartições públicas em geral e autarquias federais, estaduais e municipais, propondo contra quem de direito as ações competentes, e defendendo-o nas contrárias, seguindo umas e outras até final solução, usando os recursos legais e cabíveis, acompanhando-os e contrarrazoando os contrários, praticando, enfim, todos os demais atos que se fizerem necessários ao bom e cabal desempenho deste mandato, inclusive substabelecer, e, *especificamente, para defender seus interesses no Inquérito Civil em trâmite perante a Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de São Paulo-SP.*


São Paulo, 22 de maio de 2018.


GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO

Promotoria apura suposto caixa 2 de concessionária para campanha de Alckmin

Segundo executivos da CCR, cunhado intermediou doação ilícita de R\$ 5 mi para tucano, que nega

20.mai.2018 às 2h00

 EDIÇÃO IMPRESSA (<http://www1.folha.com.br/fsp/fac-simile/2018/05/20/>)

Mario Cesar Carvalho

SÃO PAULO A CCR, maior concessionária de estradas do país e quinta do mundo, deu cerca de R\$ 5 milhões para o caixa dois da campanha de Geraldo Alckmin (PSDB) em 2010, segundo relatos feitos por representantes da empresa ao Ministério Público de São Paulo.

O dinheiro teria sido entregue ao cunhado de Alckmin, o empresário Adhemar Ribeiro, segundo a narrativa feita à Promotoria, e não consta da prestação de contas.



Geraldo Alckmin anuncia os integrantes de sua equipe econômica na última semana - Zanone Fraissat - 17.mai.2018/Folhapress

É a **segunda vez** (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/alckmin-diz-que-ligacoes-com-cunhado-suspeito-de-caixa-2-sao-aleivosias.shtml>) que o cunhado é associado a arrecadações ilegais de campanha. A Odebrecht relatou em acordo de delação ter entregue R\$ 10,7 milhões a ele, também na campanha de 2010.

A CCR não pode fazer doações eleitorais por ser concessionária de serviços públicos, como estradas, metrô e barcas. Já era esse o entendimento do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) à época da doação, em 2010. Três anos depois esse veto virou lei na minirreforma política.

A empresa tem a concessão de algumas das principais rodovias paulistas, como o complexo Anhanguera-Bandeirantes e trechos da rodovia Castello Branco e da Raposo Tavares.

A concessionária resultou da associação de empresas que já confessaram práticas de corrupção e formação de cartel: a Andrade Gutierrez e a Camargo Corrêa, cada uma com 14,86% das ações.

Nos relatos reunidos pelo promotor José Carlos Blat, a CCR aparece como doadora de R\$ 23 milhões para três políticos tucanos de SP entre 2009 e 2012: além de Alckmin, são citados o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, e o senador José Serra. Os valores que teriam sido entregues a Serra e Aloysio ainda não foram apurados.

Alckmin e Aloysio negam ter recebido esses valores; Serra não se manifestou.

A cifra de R\$ 23 milhões é uma estimativa inicial. O valor exato está sendo investigado por um comitê independente constituído pela CCR.

O ex-diretor da Dersa Paulo Vieira de Souza

(<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/05/paulo-preto-decide-que-naofara-delacao-premiada.shtml>), apontado pela força-tarefa da Lava Jato em São Paulo como

operador do PSDB, é citado como o responsável pela arrecadação para Aloysio. Já o empresário Márcio Fortes é acusado de ter feito a operação para Serra.

A CCR apareceu na Lava Jato em fevereiro deste ano, quando parte da delação do empresário Adir Assad, acusado de lavagem de dinheiro, foi revelada pelo jornal "O Globo". Num dos depoimentos, ele narrou que suas empresas de fachada e outras verdadeiras haviam recebido R\$ 46 milhões da CCR.

Nos relatos apresentados ao Ministério Público, metade desse valor foi distribuído aos três tucanos.

Assad, que já promoveu os show das cantoras Beyoncé e Amy Winehouse (1983-2011) no Brasil e hoje está preso em Curitiba, era especialista em fornecer notas sem prestar qualquer tipo de serviços.

O dinheiro entregue a ele servia para pagar propina ou fazer contribuições eleitorais via caixa dois. Só na Lava Jato ele é acusado de ter lavado R\$ 1,2 bilhão.

Há casos, porém, em que as empresas dele prestavam de fato o serviço. Assad tinha firmas que atuavam com terraplenagem, publicidade e até uma equipe de carros de corrida, na categoria "stock car".

A CCR sempre argumentou que não tinha nada a ver com o passado das duas empreiteiras que criaram a concessionária em 1999. Para frisar a separação, a empresa ingressou num setor da Bolsa que prevê controles internos mais rígidos e um maior grau de transparência, chamado "novo mercado".

A delação de Assad teve repercussões financeiras. Quando o depoimento dele sobre a CCR tornou-se público, em fevereiro deste ano, as ações da empresa caíram 10,01% num dia, com desvalorização de R\$ 4,62 bilhões. O montante se aproxima do valor da principal concorrente da CCR, a Ecorodovias, cujo preço de mercado à época era de R\$ 5,47 bilhões.

Foi por conta disso que a empresa criou um comitê para apurar o destino dos R\$ 46 milhões pagos a Assad, composto por um ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (Carlos Velloso) e conselheiros da CCR.

A precaução de fazer uma investigação independente tem uma razão: Assad disse ter contato com o presidente da CCR, Renato Valle, e com um ex-diretor da empresa, José Roberto Meirelles.

Segundo Assad, foi Paulo Preto quem o apresentou a eles. Assad disse ter dado dinheiro para o ex-diretor da CCR e Paulo Preto como forma de retribuir os negócios que conquistou.

OUTRO LADO

A assessoria do ex-governador Geraldo Alckmin diz desconhecer a investigação sobre a suposta doação da CCR. Em nota, declara o seguinte:

"1 - A defesa do ex-governador Geraldo Alckmin não tem conhecimento de qualquer denúncia relativa ao fato descrito pelo pedido da reportagem. De qualquer maneira, o fato nunca existiu. É falso.

2 - O ex-governador continua disposto a prestar todos os esclarecimentos necessários às autoridades competentes.

3 - Estranha-se o fato de essa investigação (caso realmente exista) estar sendo conduzida pelo Ministério Público estadual, e não pelo Ministério Público Eleitoral".

O ministro Aloysio Nunes (Relações Exteriores) disse que “isso é pura e simplesmente uma mentira”.

O senador José Serra (PSDB-SP) e a defesa do engenheiro Paulo Vieira de Souza não quiseram se pronunciar. A **Folha** não conseguiu localizar a defesa de Adhemar Ribeiro, cunhado de Alckmin.

A CCR informou por meio de nota que um “comitê independente de alto nível” está apurando as informações sobre os valores repassados a Adir Assad. O comitê é assessorado por escritórios de advocacia nacional e internacional e empresa especializada em investigação.

A empresa afirma que “continua a trabalhar em seu plano de crescimento qualificado, tendo como premissas a disciplina de capital, ética e transparência”.